

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DÉBORA GERALDI

**Do estigma social à invisibilidade: a pessoa com
deficiência física nas políticas públicas voltadas para a
redução de desastres**

SÃO CARLOS

2010

**Do estigma social à invisibilidade: a pessoa com
deficiência física nas políticas públicas voltadas para a
redução de desastres**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DÉBORA GERALDI

Do estigma social à invisibilidade: a pessoa com deficiência física
nas políticas públicas voltadas para a redução de desastres

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, como um dos requisitos
para a obtenção do título de mestre
em Sociologia.

Orientação: Prof^a Dra. Norma
Felicidade Lopes da Silva Valencio

Orientadora: Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

SÃO CARLOS

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G354es

Geraldi, Débora.

Do estigma social à invisibilidade : a pessoa com deficiência física nas políticas públicas voltadas para a redução de desastres / Débora Geraldi. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
103 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Sociologia. 2. Sociologia dos desastres. 3. Vulnerabilidade sócio-ambiental. 4. Defesa civil. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Débora Geraldi

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 27 de setembro de 2010 às 09h00min, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 27 de setembro de 2010

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Juliano Costa Gonçalves
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Para uso da CPG

Homologado na _____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

"Entre o olhador e o olhado há um oceano
de condições diferentes.
Um, aquele que olha, é soberano,
dono do olhar e da direção do olhar.
O outro, o diferente, aquele que é olhado,
fica na dependência da decisão e
da direção do olhar
daquele que olha!" (BIANCHETTI, 2002).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à professora Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, pela orientação dedicada durante os anos da graduação e mestrado, assim como pelo conhecimento compartilhado, que vai muito além das páginas desta dissertação.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Rodrigo Constante Martins e Juliano Costa Gonçalves, pelo empenho nas correções e conselhos, que me ajudaram muito na concretização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e à Ana Maria Suficieli Bertolo.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) , em especial Victor Marchezini, Mariana Siena e Juliana Sartori, por toda ajuda e companherismo ao longo de todo o processo. E pela constante amizade, que pretendo levar para a vida toda.

A todos os amigos e amigas que estavam presentes durante meus anos de mestrado, e que tornaram meus dias muito mais prazerosos.

E finalmente, agradeço aos meus pais, Sandra e Ismael, e ao meu irmão Douglas, por sempre estarem ao meu lado. Meu agradecimento à vocês é eterno.

RESUMO

A ocupação desordenada das cidades revelam perigos que estavam de certa forma latentes, quando em contato com alguns agentes específicos. As chuvas podem ser consideradas um desses agentes, pois a sua interação com o meio, muitas vezes prejudica as rotinas dos lugares, promovendo inúmeros transtornos à vida das pessoas, inclusive situações de desastres. A Defesa Civil é o órgão responsável pela segurança da população frente a esses eventos, e considera em seus Manuais alguns grupos como mais vulneráveis, entre eles, as pessoas com deficiência física. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi o de analisar sociologicamente de que forma a pessoa com deficiência física é considerada tanto pelos órgãos da Defesa Civil, quanto pela literatura científica especializada, num contexto de desastre, visto que existe uma lacuna na literatura sociológica no que concerne a análise das pessoas com deficiência e sua interação com o meio biofísico. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental a fim de analisar documentos e protocolos disponibilizados pela Defesa Civil brasileira, como também documentos e estudos existentes em plataformas de pesquisa online, que abordam a interação da deficiência física com os desastres, e assim, discriminando os focos predominantes de estudos contemporâneos no tema. O intuito é o de apresentar uma síntese sociológica do conhecimento a respeito do grupo, no contexto de desastres.

Palavras-chave: Desastres. Pessoas com Deficiência física. Vulnerabilidade. Defesa Civil.

ABSTRACT

In contact with some specific agents, the disordered occupation of the cities reveals risks that were somewhat dormant. Rain can be considered one of these agents, because your interaction with the environment often affects the routines of places, promoting various disruptions to the lives of people, including a disaster situation. The Civil Defense is the agency responsible for the security of the population in these events and considers in their manuals that some groups are more vulnerable: people with physical disabilities are one of this. Thus, the objective was to analyze sociologically how a person with disabilities is considered by the Civil Defense and by the scientific literature in the context of disaster, seeing there is a gap in sociological literature as concerning the analysis of disabled people and their interaction with the biophysical environment. To this end, we conducted a survey to review documents and protocols provided by the Brazilian Civil Defense, as well as documents and studies available in online research platforms, which analyze the interaction of disability with disasters, and thereby discriminating the foci predominant theme in contemporary studies. The aim is to present a synthesis of sociological knowledge about the group in the context of disasters.

Keywords: Disasters; Person with disabilities; Vulnerability; Civil Defense.

ÍNDICE DE SIGLAS

BVC – Biblioteca Mundial de Saúde

CRID – Centro Regional de Informações sobre Desastres

DFID – Department for International Development

EIRD – Estratégias Internacional para La Reducción de Desastres

FEMA – Federal Emergency Management Agency

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRC – International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPAS – Organização Pan Americana da Saúde

SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil

SNPD – Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipos de Deficiência.....	18
Tabela 2: Deficiências X Pessoas com Deficiências.....	18
Tabela 3: Número de enchentes no Brasil (1960-2009).....	48
Tabela 4: Medidas para o antes, o durante e o pós-desastre.....	79

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Rampa de acesso para os pisos superiores da biblioteca.....58

Foto 2: Catraca acessível na entrada da biblioteca.....59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Procedimentos Metodológicos.....	14
2. A Deficiência vista de perto.....	17
2.1 Uma breve história da deficiência	19
2.2 Estudos sobre Deficiência: Do Modelo Médico ao Modelo Social	21
2.3. Do estigma a exclusão social	26
2.4 A pessoa com deficiência física.....	30
3. Os lugares e a pessoa com deficiência física.....	31
3.1. Conceituando Lugar.....	31
3.2 A problemática habitacional.....	32
3.2.1. Os lugares e a Pessoa com Deficiência: O recorte sócio-econômico.	33
3.2.2 A deficiência física e a falta de acessibilidade	35
3.3. A casa: Uma “concha” contra as adversidades	39
4. Desastres: O encontro da ameaça com a vulnerabilidade	44
4.1 Introdução aos conceitos de Riscos e Desastres	44
4.2 Desastres relacionados as chuvas: O caso brasileiro	46
4.3 Os lugares sob ameaça: a vulnerabilidade socioambiental	49
4.4. A injustiça social	53
5. As pessoas com deficiência num contexto de desastre: A pesquisa documental	57
5.1. A biblioteca da UFSCar.	58
5.2 A Defesa Civil	60
5.3. A SNPD	69
5.4. As plataformas online	71
5.4.1 Datasus.....	71
5.4.2. OPAS.....	72
5.4.3. BVS.....	74
5.4.4. CRID.....	81
5.3. As pessoas com deficiência em situações de desastres: Uma visão internacional	87
6. Conclusões e Recomendações.....	90
7. Referências Bibliográficas	95

1. INTRODUÇÃO

Ao contrário das perspectivas que abordam questões de gênero, raça e orientação sexual, pesquisas que dirigem seu olhar para o tema da deficiência ainda são escassas na teoria sociológica. Como afirma Pereira (2008): “surpreendentemente, a sociologia têm contribuído pouco, em termos de pesquisas e teorias sistemáticas, com os estudos sobre deficiência” (TURNER; 2001 *apud* PEREIRA, 2008, p.20)¹.

Essa ausência de “olhares” pode demonstrar certo descaso para com as pessoas com deficiência, visto que as “ausências” são ativamente construídas: “o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe” (SANTOS, 2003, p.11). Dessa forma, problematizar e tornar mais presente a questão da deficiência na sociologia, seria fundamental para se pensar numa sociedade mais emancipada e livre das diferentes formas de opressão (PEREIRA, 2008).

O que temos até então, é uma considerável produção de trabalhos advindos da Sociologia Americana e Inglesa, que vêem a deficiência como uma das formas de estar/viver no mundo, e não como um defeito ou uma variação do considerado normal pela sociedade (DINIZ, 2007). No entanto, circunstâncias diárias envolvendo o grupo ainda estão muito aquém da teoria existente:

Continuamos a olhar para elas e não as vemos. Quando as vemos, tendemos a aceitar as narrativas hegemônicas que sobre elas se produzem: que são pessoas com um problema individual aportado no seu próprio corpo, que é uma tragédia e um infortúnio pessoal, que a sociedade e a organização social nada têm a ver com isso (PEREIRA, 2008, p.12).

O preocupante com relação a esse panorama é o fato das pessoas com deficiência estarem entre os que mais precisariam de estudos e políticas públicas. No Brasil, segundo dados do IBGE (2000), 30% das pessoas com deficiência estão entre os mais pobres, e logo, propensos a habitar regiões periféricas, favelas, cortiços, etc., lugares que podem possuir condições adicionais de exclusão urbana, como a exposição a riscos ambientais

¹ Tradução livre. No original: “Sociology has contributed surprisingly little in terms of systematic theory and research to the study of disability” (TURNER, 2001 *apud* PEREIRA, 2008, p.20).

(TORRES & MARQUES, 2001), o que é reiterado por Mendonça & Leitão (2008).

As populações menos favorecidas, devido a problemas decorrentes da especulação imobiliária, são, muitas vezes, impelidas a ocupar irregular e ilegalmente locais de grande fragilidade ambiental, como os mananciais de abastecimento, porções muito íngremes das vertentes, beiras de rios, áreas inundáveis, terrenos adjacentes a lixões etc., fato recorrente nas regiões metropolitanas brasileiras (MENDONÇA & LEITÃO, 2008, p. 150).

Entre os possíveis riscos ambientais aos quais esses lugares estão sujeitos, temos os relacionados às chuvas que, quando em contato com o meio sociocultural, acarretam os mais diversos tipos de danos e prejuízos, em decorrência de enchentes, enxurradas e deslizamentos de encostas, demonstrando problemas causados ou “camuflados” pelo ordenamento territorial, cuja capacidade de suporte ambiental é flagrantemente desrespeitada.

Quando tais riscos se concretizam, surgem os chamados desastres - “forma de interação entre a construção social e um acontecimento físico, ou seja, uma confluência entre determinados fenômenos da natureza e a insustentabilidade do meio construído” (VALENCIO et. al, 2006, p.98) -, cada vez mais presentes em nossa realidade:

No contexto das mudanças climáticas, neste início de século XXI e nas próximas décadas, com cenários de aumento da intensidade e frequência de eventos extremos como tempestades, furacões, enchentes e secas, as situações de vulnerabilidade socioambiental nas cidades e metrópoles tendem a aumentar de maneira significativa, principalmente nos países pobres e em desenvolvimento (ALVES, 2006, p. 75).

A fim de mensurar a situação no caso do Brasil, temos dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), segundo a qual durante o período de 2003 a 2006, 5.777 municípios brasileiros tiveram o reconhecimento do Ministério da Integração Nacional de sua situação de emergência ou de estado de calamidade pública, sendo 1.517 desses reconhecimentos relacionados às chuvas. Em 2003, 7.476.596 pessoas foram afetadas;

enquanto em 2006 este número saltou para 12.548.701 pessoas, ou seja, um aumento aproximadamente de 68% (BRASIL, 2007b).

No ano de 2009 o número de afetados foi de 5.288.969 pessoas, enquanto em 2010, considerando apenas o primeiro semestre, temos 10.154.385 pessoas afetadas. Por fim, contabilizando os últimos sete semestres no Brasil – que abrange o primeiro semestre de 2007 até o primeiro semestre de 2010 – temos como número total de afetados 22.089.804 pessoas (VALENCIO, 2010). Dessa forma, as chuvas não se apresentam como um entre os vários fatores de ameaças naturais que mobilizam os órgãos constituintes do Sistema Nacional de Defesa Civil, mas constitui-se – tanto na concentração da precipitação pluviométrica, como na escassez –, na maior ameaça natural, devido suas interações com processos de territorialização atuais, a ser enfrentada no país (VALENCIO et al., 2006).

As pessoas com deficiência neste contexto estão entre os grupos considerados mais vulneráveis. Primeiro, por fazerem parte dos estratos populacionais mais pobres, e, conseqüentemente habitarem locais mais vulneráveis à esses desastres². Mas também, devido as especificidades do próprio grupo (VALENCIO et al., 2006), pois, para que a pessoa com deficiência possua uma vida digna e tenha sua distinção tornada não-evidente, faz-se necessário, além da existência de um mínimo de acessibilidade, o acesso a uma série de direitos previstos³.

A sua vulnerabilidade, ou seja, o quanto frágil o grupo é, nesse caso está diretamente ligada com as especificidades do grupo, pois a possibilidade deles sofrerem danos na sua interação com o evento físico, no caso, as chuvas, é maior (VALENCIO et al., 2006, p.98).

² Dessa maneira, a vulnerabilidade está primeiramente relacionada com o modo de ocupação do território, normalmente seguindo a equação: classes mais pobres ocupando áreas ambientalmente mais suscetíveis (VALENCIO et al., 2006).

³ Entre muitos, estão os previstos pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (2009), elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que abordam pressupostos como a “garantia ao grupo de igual e efetiva proteção legal contra a discriminação”, a “garantia a serviços básicos de saúde diferenciados”; “assegurar o cumprimento do decreto a respeito da Acessibilidade (Decreto n.5.296/2004)” etc. (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, em situações de desastres envolvendo as chuvas, nas quais suas casas estão suscetíveis a inundações ou a desabamentos, pessoas com deficiência podem ter suas limitações e dependências intensificadas, visto que são obrigadas a se retirarem de suas casas – lugar que acaba possuindo o significado de “concha” contra as adversidades para o grupo (BACHELARD, 1993). E assim, ao ter sua casa afetada tem potencializada a sua idéia de inferioridade, tornando-se desalojada, ou desabrigada.

Desalojado é o termo utilizado para aquele que teve sua habitação atingida e consegue receber apoio de algum parente, vizinho, amigo, etc. No caso das pessoas com deficiência, isso pode resultar em uma série de contratemplos, pois provavelmente a casa em que será acolhida não deverá possuir uma infra-estrutura adequada, principalmente para os casos das pessoas com deficiência física ou visual, que necessitam de uma existência mínima de acessibilidade na casa: como rampas, facilidade de acesso aos cômodos da casa, etc. Para um cadeirante, por exemplo, é necessária a existência de rampas com ângulos corretos, os móveis presentes nos cômodos devem propiciar que a cadeira de rodas passe normalmente, etc. Já para uma pessoa com deficiência visual, o processo de conhecimento dos “caminhos” da casa ocorre de forma lenta, e até que ela consiga se locomover adequadamente pelo local, os donos da casa deverão auxiliá-la constantemente (GERALDI, 2009). Dependendo da situação, o vínculo outrora existente pode acabar se deteriorando, pois, por um lado, a pessoa com deficiência pode se constranger, ao ter que receber ajuda em sua locomoção e alterar a rotina do local, enquanto por outro lado, da perspectiva de quem a está acolhendo, o hóspede pode se tornar um peso, atrapalhando seus afazeres diários, etc.

Na outra situação, quando a pessoa não recebe auxílio de amigos, parentes, etc., ela torna-se desabrigada, sendo transferida, normalmente, para um abrigo temporário. A pessoa com deficiência nessa circunstância pode passar pelos mais desconfortáveis tipos de situações, pois, novamente, encontrará rotinas diferentes e locais pouco acessíveis, como rampas com ângulos inadequados, banheiros não adaptados, difícil acesso aos locais mais importantes, como cozinha, banheiro etc. Também em alguns casos, elas precisam de cuidados médicos especiais, atendimentos, remédios, ou seja,

necessidades que nem sempre serão consideradas e atendidas (GERALDI, 2009).

Atualmente já existe um aparato legal prevendo o respaldo necessário para as pessoas com deficiência frente os desastres, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, um documento elaborado pela ONU em 2006 e que foi ratificado pelo Brasil em 2008, e no qual existe a preocupação com esse contexto, mais especificamente no artigo 11, intitulado: “Situações de risco e emergências humanitárias”.

Em conformidade com suas obrigações decorrentes do direito internacional, inclusive do direito humanitário internacional e do direito internacional relativo aos direitos humanos, os Estados Partes deverão tomar todas as medidas necessárias para assegurar a proteção e a segurança das pessoas com deficiência que se encontrarem em situações de risco, inclusive situações de conflito armado, emergências humanitárias e ocorrência de desastres naturais (BRASIL, 2007a, p.22).

No entanto, assim como os estudos teóricos já existentes, essa base legal nem sempre se transforma em orientações práticas para o grupo. Assim, muitos questionamentos podem ser suscitados a partir dessa interação entre pessoas com deficiência física⁴ e os desastres envolvendo as chuvas. Dessa forma, o intuito deste estudo foi o de analisar sociologicamente de que forma a pessoa com deficiência física é considerada tanto pelo órgão da Defesa Civil⁵, quanto pela literatura científica específica em desastres.

Para tal:

1. Descrevemos e analisamos os documentos e protocolos disponibilizados pela Defesa Civil brasileira que abordavam a questão da deficiência física em uma situação de desastre.

⁴A vulnerabilidade também está relacionada ao tipo de deficiência, logo, neste estudo focou-se a deficiência física apenas, visto que cada tipo de deficiência acarreta diferentes situações e desdobramentos.

⁵ A Defesa Civil é órgão nacional responsável por ações de prevenção para emergências de desastres, de resposta a esses desastres e também da reconstrução.

2. Descrevemos e analisamos os documentos e estudos existentes em plataformas online e na Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos, que abordavam a interação da deficiência física com os desastres, discriminando os focos predominantes de estudos contemporâneos no tema.

O intuito é o de apresentar uma síntese sociológica do conhecimento a respeito do grupo, no contexto de desastres. Além deste capítulo inicial introdutório, cujo objetivo foi realizar uma breve introdução do tema para o leitor, têm-se mais cinco capítulos, a saber:

O Capítulo 2, intitulado “A deficiência vista de perto”, no qual procurou-se realizar a caracterização do grupo de estudo deste trabalho, abordando a deficiência ao longo da história e também, no panorama atual, principalmente com os avanços dos Direitos Humanos. Também foi apresentado o debate existente na Sociologia da Deficiência.

O Capítulo 3, “Os lugares e a pessoa com deficiência física”, consiste na discussão sobre a interação entre o lugar e a pessoa com deficiência física, abordando brevemente como ocorreu o desenvolvimento dos lugares periféricos, e os constituintes destes lugares, como as péssimas condições de acessibilidade existentes e o significado que a casa adquire para o grupo.

No Capítulo 4 “Desastres: o encontro da ameaça com a vulnerabilidade” serão apresentados as discussões no campo da Sociologia que envolvem os conceitos de risco e de desastres, principalmente os desastres envolvendo as chuvas – ameaça recorrente no panorama brasileiro. Também serão abordados o conceito de vulnerabilidade envolvendo os desastres e a idéia de desigualdade ambiental.

No Capítulo 5, “As pessoas com deficiência física em um contexto de desastres: a pesquisa documental”, apresentou-se a análise comparativa das plataformas e documentos encontrados através das buscas, procurando interações que contemplem o tema da deficiência física e o de desastres envolvendo as chuvas. Consiste na síntese dos resultados encontrados através da pesquisa documental.

Por fim, no Capítulo 6 “Conclusões e Recomendações”, foi realizada uma compilação de todo material apresentado ao longo do trabalho,

procurando fazer a união da teoria e dos resultados encontrados através da pesquisa documental.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Para a construção desse estudo foram utilizados procedimentos metodológicos de base qualitativa: a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos xerocopiados etc., e teve por objetivo orientar a seleção de conceitos a serem utilizados nesse trabalho.

Assim, para a introdução ao tema da Sociologia da Deficiência utilizaram-se principalmente as contribuições de Diniz (2007), que procurou diferenciar o modelo social da deficiência – para o qual a deficiência não está no indivíduo, mas sim, nas barreiras criadas pela sociedade – da segunda geração desse modelo, que enfatiza as noções de cuidado, dos cuidadores, da dor, da lesão etc. Também foram utilizados o conceito de estigmatização, de Goffman (1988), tendo em vista que o ponto que norteia esse trabalho é o fato das pessoas com deficiência serem “oprimidas socialmente, a todos os níveis, por uma sociedade que as discrimina, exclui e invisibiliza, do emprego, à escola, da arquitetura ao espaço público, dos meios de comunicação social à família” (PEREIRA, 2008, p.12), o conceito de violência simbólica de Bourdieu (2003), e a idéia das “ausências” tratada por Santos (2003), visto que elas são construídas ativamente pela sociedade.

A fim de analisar a relação da pessoa com deficiência com o lugar em que reside, utilizaremos principalmente as noções de lugar presente no trabalho de Haesbaert (2002), e os estudos de Torres e Marques (2001) a respeito da idéia de hiperperiferia. Para a análise do debate sociológico a cerca dos desastres, foram utilizados principalmente Quarantelli (1998) e Mattedi & Brutzke (2001), e no que concerne os desastres envolvendo as chuvas, utilizou-se principalmente Valencio (2005; 2006; 2009a; 2009b; 2010). Por fim, temos os conceitos de vulnerabilidade e de injustiça social, auxiliando na análise das relações existentes entre a pessoa com deficiência e o meio no qual ela vive (ACSELRAD, 2002; 2006; 2009).

A outra parte da pesquisa bibliográfica, procurou encontrar outros estudos na área acadêmica em uma biblioteca, a fim de verificar a existência de material que relacionasse de alguma forma o tema de desastres com pessoas com deficiência física. A biblioteca escolhida foi a da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, por tratar-se de uma Biblioteca Comunitária presente em uma grande Universidade Brasileira que, além de prezar pela acessibilidade, possui muitos cursos relacionados com a área da saúde e deficiência, a saber: O curso de educação física, que está vinculado com o Departamento de Educação Física e Motricidade Humana, o curso de Fisioterapia, de Terapia Ocupacional e também por contar com um dos melhores Laboratórios de Fisiologia do Exercício (Departamento de Fisiologia) no país.

A pesquisa documental abrange a busca por documentos: “qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc.” (CHIZZOTTI, 2009, p.109).

Dessa forma, embora a biblioteca seja um dos lugares mais propícios para se encontrar documentos, elas não arquivam todos os tipos de documentos que foram necessários para essa pesquisa, a chamada literatura cinzenta:

Denomina-se literatura cinzenta os documentos não convencionais e semipublicados, que são produzidos no âmbito governamental, acadêmico, comercial e industrial, em cuja origem o aspecto comercial não é levado em conta, e que, portanto, não são normalmente encontrados nos circuitos de distribuição comercial e nas bibliotecas (MATTAR, 2008, p.169).

Utilizamos para a pesquisa a internet, que oferece alguns recursos de busca sobre tópicos atuais que seriam difícil ou impossível encontrar em bibliotecas. Todo e qualquer tipo de material pode ser encontrado através dela:

Os objetos encontrados, durante essas buscas, são bastante diversificados: websites, trabalhos de referência (como dicionários, enciclopédias, atlas, etc.), textos eletrônicos (livros, poemas, etc.), artigos (jornais acadêmicos, populares,

comércio), documentos governamentais, relatórios, imagens, e-mails, etc. (MATTAR, 2008, p.179).

Sendo assim, a pesquisa documental abrangerá os seguintes procedimentos, no sentido de verificar quais são as interfaces possíveis entre os assuntos abordados. Primeiramente foram feitas tentativas com as palavras-chaves nas bases dos periódicos científicos, seis basicamente: o CRID – “Centro Regional de Información sobre Desastres”; o DATASUS – “Departamento de Informática do SUS”; a BVS – Biblioteca Virtual em Saúde; e a OPAS/OMS – Organização Pan-Americana de Saúde. As palavras chaves utilizadas para a busca foram DEFICIÊNCIA FÍSICA e DESASTRES (a fim de encontrar a interface entre elas). Em plataformas internacionais, as palavras utilizadas foram “disasters”, “disability”, “people with disability”, “discapacidad” e “discapacitados”.

Além disso, foram analisados também a fim de obter uma comparação com o material encontrado nessas plataformas, os documentos existentes para download no site da Defesa Civil – visto que ela é órgão responsável pela ação em situações de desastres e na SNPD (Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência) – por ser o órgão do governo responsável por amparar a pessoa com deficiência, e estar vinculado a Secretaria de Direitos Humanos.

Todo material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual foi possível estabelecer um plano de leitura. Tratou-se de uma leitura sistemática, que se fez acompanhar de anotações e fichamentos, os quais puderam servir à fundamentação teórica do estudo.

"Todas as formas de racismo e de exclusão constituem, em última análise, maneiras de negar o corpo do outro. Poderíamos fazer uma releitura de toda a história da ética sob o ângulo dos direitos dos corpos, e das relações de nosso corpo com o mundo." (Umberto Eco)

2. A Deficiência vista de perto

Primeiramente, cabe uma explicação sobre o termo utilizado nesse estudo: pessoa com deficiência. Ao longo da pesquisa, percebeu-se que a discussão envolvendo a designação correta é longa e ainda não obteve um consenso geral. Segundo Sasaki (2003), nunca existiu e talvez nunca existirá um consenso, pois em cada época utiliza-se a designação que corresponde melhor aos valores do panorama vigente – sendo sempre uma consequência do quanto aquela determinada sociedade ampliou a sua forma de se relacionar com pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.

Inúmeros termos já foram usados na história brasileira, como “inválidos” no começo do século XX, “incapacitados” ou “incapazes” até aproximadamente 1960, “defeituosos”, “deficientes” e “excepcionais” até 1980, “pessoas deficientes” até o fim de 1980 e “pessoas portadoras de deficiência” até aproximadamente 1993 (SASSAKI, 2003). Da década de 1990 até os dias atuais são mais recorrentes: “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais” e “pessoas com deficiência”, sendo este último, segundo o autor, o preferido pelo grupo em questão. Primeiro, porque “pessoas com necessidades especiais” englobam outras pessoas, não só as pessoas com deficiência, e segundo, porque eles não são “portadores” de deficiência. O termo “portar” só pode ser utilizado em uma situação na qual a pessoa tenha opção de escolher a ação de “não – portar”, o que não é o caso.

Sendo assim, neste trabalho utiliza-se o termo pessoa com deficiência, por ser da preferência do grupo – mas sempre tendo em mente que as pessoas com deficiência são diferentes entre em si, e essa designação não as diferencia. Também é utilizado aqui o termo deficiência, por ser um conceito que abrange diversas vertentes, incluindo a cultural: que é mutável e não

naturalizável, além de dar ao termo um ponto de vista mais político (PEREIRA, 2008).

No Brasil, de acordo com os dados do último censo feito pelo IBGE em 2000, existiriam aproximadamente 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, resultando em 14,5% da população.

Tabela 1: Tipos de Deficiência

Tipos de deficiência	Visual	Motora	Auditiva	Mental	Física	TOTAL
Homem	7.259.074	3.295.071	3.018.218	1.545.462	861.196	15.979.021
Mulher	9.385.768	4.644.713	2.716.881	1.299.474	554.864	18.601.700
TOTAL	16.644.842	7.939.784	5.735.099	2.844.936	1.416.060	34.580.721

(Fonte: IBGE, 2000).

Tabela 2: Deficiências x Pessoas com Deficiências

	Deficiências (A)	Pessoas com deficiências (B)	Def. Múltiplas (A e B)
Homem	15.979.021	11.420.544	4.558.477
Mulher	18.601.700	13.179.712	5.421.988
TOTAL	34.580.721	24.600.256	9.980.465

(Fonte: IBGE, 2000).

Esses dados, no entanto, resultaram em uma série de problemas devido a forma como foram colhidos em 2000: por amostragem a cada 10 residências. Em 2010 está sendo realizado um novo censo, e as polêmicas surgiram novamente, pois o mesmo método será utilizado, correndo o risco de não saber exatamente qual é a porcentagem real de pessoas que tem algum tipo de deficiência.

Portanto, ainda não existem dados confiáveis a respeito de quantos são, quantos são com cada tipo de deficiência, quais são as condições sócio-econômicas etc., já que muitos deixam de ser contabilizados (Deficiente Ciente, 02/05/2010). Estima-se que se fosse realizado o censo de casa em casa, o número seria muito maior, algo em torno de 30 milhões de brasileiros (Deficiente Ciente, 04/06/2010), ainda mais devido ao aumento da expectativa de vida e da violência urbana.

Por fim, outro fator que não se pode deixar de mencionar é a vinculação entre pobreza e deficiência. Segundo Vital (2008) a deficiência é tanto causa, como consequência da pobreza: alguns cálculos mostram que a cada cinco pessoas pobres, uma apresenta deficiência. Essa pobreza pode ser demonstrada pelo alto índice de desemprego entre as pessoas com deficiência, que nos países da América Latina corresponde a algo em torno de 80% a 90%. No entanto, deve-se ficar claro que não se trata somente da questão de gerir renda, mas sim de uma distribuição equitativa de bens sociais, culturais e políticos, que apesar de produzido, não é de forma alguma repartido (MARTINS, 2002).

Dado essa primeira contextualização, nesse capítulo faremos um retrato da deficiência, com relação a sua história no mundo e com os avanços que foram obtidos, tanto legalmente, como socialmente, focando ao final a pessoa com deficiência física, deficiência que esse estudo pretende se debruçar.

2.1 Uma breve história da deficiência

Na antiguidade as pessoas com deficiência eram totalmente excluídas da vida em sociedade: em Esparta, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram mortas ou então, abandonadas ao relento por sua família, pois eram tidas como seres inúteis, sub-humanos. Este tipo de atitude era congruente com os ideais morais da época, nos quais a eugenia e a perfeição do indivíduo eram por demais valorizadas. Na Idade Média, esse panorama demonstrou melhoras: muitos ainda as consideravam como sendo filhos do demônio, mas devido a influência da Igreja, a deficiência passou a ser concebida como um fenômeno metafísico e espiritual, e portanto passaram de abandonadas para acolhidas por instituições de caridades. Nota-se que a postura da sociedade nessa época ainda era permeada por uma ambivalência ente caridade e castigo (SILVA & DESSEN, 2001).

Com o Iluminismo e a Revolução Industrial, a concepção de deficiência sofreu alterações, grande parte devido ao avanço da medicina e da ciência. A razão e o conhecimento tornaram-se altamente valorizados a ponto de substituírem as superstições das épocas passadas, e assim surgiu o modelo

médico de deficiência, que considerava a deficiência como uma variação normal da espécie humana, do saudável, do chamado “corpo padrão” (DINIZ, 2007).

A discriminação continuou mesmo com esses “avanços”, e chegou ao ápice na Segunda Guerra Mundial, onde aproximadamente três milhões de pessoas com deficiência física foram assassinadas pelos nazistas (DALLASTA, 2006). Após esse fato, foi assinada em 1948 a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, mostrando um maior avanço nos direitos humanos, e como consequência, surgiram melhorias principalmente no campo da reabilitação.

Alguns ainda permaneceram nas instituições, das quais muitas possuíam como objetivo o afastamento das pessoas com lesões do convívio social ou o de normalizá-las para depois retornarem à sociedade (DINIZ, 2007). Em contrapartida também começaram a ser encarados como potencial para o trabalho produtivo (DAKUZAKU, 2001), e em decorrência disso surgiram leis que se preocupavam com a reabilitação e principalmente com a legislação, caso acontecessem acidentes durante o trabalho que “incapacitasse” alguém inserido na atividade.

No Brasil, segundo Dakuzaku (2001), foi somente a partir de 1940 que apareceram os primeiros serviços de reabilitação, assim como as primeiras instituições formadas por pessoas com deficiência. Na década de 70, elas próprias começaram a organizar-se em movimentos sociais com o intuito de intervir politicamente na sociedade, falando por si mesmas, e exigindo seus direitos de cidadania.

Em 1986, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a CORDE, com o intuito de coordenar as ações interministeriais em torno do grupo. Dessa maneira nota-se cada vez mais crescente a preocupação em se criar regulamentações, associações, e programas cujo intuito seria o de ampliar a sua cidadania no país.

Em 2009 a CORDE foi elevada para SNPD, “Subsecretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência⁶”, uma secretaria vinculada

⁶ Nota-se que o termo sofreu alterações. Quando CORDE, era utilizado “pessoa portadora de deficiência”, agora como SNPD, já foi incorporado o termo preferido pelo próprio grupo em questão, “pessoas com deficiência”.

a Secretaria de Direitos Humanos, e que é responsável pela articulação e coordenação de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. Essa mudança foi realizada, principalmente, após o ratificar a “Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência” em 2008, tido como um marco mundial legal na história das pessoas com deficiência, e que foi responsável, entre outros, por assinalar a mudança da assistência para os direitos, reconhecer a autonomia com o apoio para as pessoas com deficiência e, principalmente, tornar a deficiência uma parte da experiência humana (BRASIL, 2007a).

Essa Convenção, feita graças a abertura que a ONU possibilitou para a sociedade civil organizada, se preocupa com os direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais do cidadão com deficiência. Ou seja, vai muito além do que apenas a definição do que seria uma pessoa com deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (MAIOR, 2008, p. 21/22).

2.2 Estudos sobre Deficiência: Do Modelo Médico ao Modelo Social

Estudos abrangendo o tema da deficiência não são muito frequentes na Sociologia Brasileira. A grande concentração dos trabalhos a respeito encontra-se na Sociologia Americana e Inglesa, cada qual com as suas especificidades. Tendo isto em vista, embora o intuito desse trabalho não seja o de analisar esse debate acadêmico, por tratar do tema da deficiência faz-se necessário inserir o leitor nesse campo, e assim será realizada a seguir uma breve retrospectiva a respeito do desenvolvimento desses estudos.

A concepção da deficiência como sendo uma variação do considerado normal pela sociedade – visto que o corpo com deficiência somente se delinea ao ser contrastado com uma idéia do que seria um corpo sem deficiência – foi, segundo Diniz (2007), uma criação discursiva do século XVIII. Era vislumbrada como um problema individual, uma expressão de uma restrição de funcionalidade ou habilidade. Enfim, uma tragédia pessoal. Essa idéia é

bastante calcada nos pressupostos médicos, portanto, é considerado pelos estudos sobre deficiência como o “modelo médico”.

Como anteriormente citado, depois de épocas de condenações e até mesmo violências físicas, ocorreu um processo de substituição dessas práticas – principalmente devido aos avanços da medicina e da consolidação do modelo médico – e com isso as pessoas com deficiência passaram a ser designadas às instituições de amparo, cuja função primeira seria a de cuidar.

Marques (1998), baseando sua análise em Michael Foucault, observa um segundo papel para essas instituições, um papel mascarado cujo intuito seria o de difundir uma imagem estereotipada da deficiência. A prática de internamento das pessoas com deficiência em instituições filantrópicas representaria, dessa forma, uma espécie de condenação, pois atuaria no sentido de favorecer a identificação do desvio, constituindo-se numa política de isolamento social (MARQUES, 1998).

O autor ressalta que a instituição de amparo não deve ser vista somente como um lugar de discriminação e controle, pois, representa uma viabilização para a reabilitação das pessoas com deficiência, que uma vez dentro da instituição não sofrem privações ou necessidades específicas, pois suas necessidades mínimas são garantidas. No entanto, as aspirações humanas ultrapassam esse simples suprimento das necessidades básicas, abrangendo também os níveis de realização afetiva, profissional, de lazer, educação, entre outros, e que a instituição de amparo não supre.

Assim, nota-se que a sociedade moderna conseguiu substituir velhas práticas discriminatórias (como por exemplo, condenar a morte as pessoas com deficiência), por práticas menos chocantes, mas que continuam com o mesmo grau de eficiência. É a violência simbólica a qual se referia Bourdieu (2003), como sendo uma:

violência suave, insensível, invisível à suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2003, p.7).

A pessoa com deficiência não deixou de ser vista como um ponto fora da curva de normalidade, apenas passaram a ser utilizados canais mais

sofisticados e eficazes para tratar as questões relativas ao tratamento dos indivíduos desviantes (FOUCAULT *apud* MARQUES, 1998). Nesse caso, deu-se pela exclusão do indivíduo em instituições, utilizando-se saberes médicos, e, assim, ocultando e separando a pessoa com deficiência da sociedade (FOUCAULT, 1987).

Em uma tentativa de contrapor-se a esse modelo médico, surgiu na Inglaterra, por volta dos anos 70, os primeiros esboços do que seria futuramente o modelo social da deficiência, principalmente por conta das idéias de Paul Hunt. Os teóricos envolvidos – todos homens com algum tipo de deficiência física – defendiam a idéia de que a experiência da desigualdade só é vivenciada porque a sociedade é pouco sensível a uma diversidade de estilos de vida. Para eles, por exemplo, a dificuldade de locomoção “não deveria ser entendida como uma tragédia pessoal fruto da loteria da natureza, mas como um ato de discriminação permanente contra um grupo de pessoas com expressões corporais diversas” (DINIZ, 2007, p.19).

Articularam, então, uma resistência política e intelectual ao antigo modelo médico, que como já explicitado, atribuía à deficiência um problema apenas de nível individual ao invés de entendê-la como uma questão social. Desse modo as causas da opressão e discriminação não estariam nas seqüelas, mas sim, em barreiras sociais, dificultando ou impedindo diversos fatores da vida da pessoa com deficiência (DINIZ, 2007).

Assim, segundo o modelo social, as pessoas com deficiência não estão em desvantagem devido a sua lesão, mas como resultado de limitações impostas a elas pelas barreiras sociais, culturais, econômicas e do meio ambiente. De acordo com esse raciocínio, a deficiência não é uma questão de saúde ou doença, mas sim, relacionada com discriminação e exclusão social. Portanto, seria uma questão político-social (DFID, 2000). Faz-se claro a intenção de retirar do indivíduo a responsabilidade pela opressão até então experimentada e transferi-la para a incapacidade social de prever e incorporar a diversidade existente.

O modelo social da deficiência, por acreditar então que as desvantagens estavam mais relacionadas com as barreiras do que com a lesão, deixa claro que a partir do momento em que essas barreiras fossem retiradas, a pessoa com deficiência seria completamente independente. As idéias desse modelo se

basearam no marxismo, pois quem se beneficia nessa relação é o capitalismo: as pessoas com deficiência cumprem sua função econômica, como parte do exército de reserva, e também uma função ideológica, pois são mantidos numa posição de inferioridade.

Logo, de acordo com Diniz (2007), se para o modelo médico o problema era a lesão em si, para o modelo social, a deficiência resultaria de um ordenamento político e econômico do capitalismo, o qual possui um pressuposto de sujeito produtivo ideal. De acordo com DINIZ (2007), princípios como o cuidado ou benefícios compensatórios para a pessoa com deficiência não estavam na agenda de discussões, já que se pressupunha que eles eram pessoas tão potencialmente produtivas como as pessoas sem deficiência, sendo apenas necessária a retirada das barreiras para o seu desenvolvimento.

Num segundo momento, o modelo social da deficiência passa por uma reestruturação. Ocorre graças a entrada de abordagens pós-modernas e de críticas feministas nos anos 1990 e 2000, e ficou intitulado como segunda geração do modelo social. Essa segunda geração deixou claro que se forem considerados os papéis de gênero e a experiência do cuidado, muitos pilares do modelo social da deficiência seriam desestabilizados (DINIZ, 2007; SHAKESPEARE & WATSON, 2002). Nesta linha são inseridos debates a respeito do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e também da interdependência, todos considerados aspectos chaves para a vida da pessoa com deficiência:

Levantaram a bandeira da subjetividade do corpo lesado, discutiram o significado da transcendência do corpo por meio da experiência da dor, e assim forçaram uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significava viver em um corpo doente ou lesado (DINIZ, 2007, p.60).

A abordagem do segundo modelo, mais subjetiva, diferentemente do primeiro, não se embasou apenas nos discursos das próprias pessoas com deficiência, mas também, nas pessoas que possuem o papel de “cuidadoras”. O debate começou a considerar novos aspectos, como a dor, e o que significaria viver em um corpo lesionado. No entanto, não surge no sentido de encerrar as discussões realizadas pelos primeiros teóricos, mas sim, no de

complementar/aprimorar, pois de acordo com o segundo modelo, são as estruturas sociais que oprimem as pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

A autora acredita que a discordância principal com relação a primeira geração é a respeito do argumento de que a eliminação das barreiras permitiria a demonstração de toda a capacidade e potencialidade produtiva, ou seja, uma total independência. Para a segunda geração isso seria ser insensível a diversidade de experiências, pois alguns casos de deficiência jamais terão habilidades para a independência (como é o caso de algumas deficiências intelectuais). É importante analisar subjetivamente, e reconhecer que o corpo lesado impõe dor ou sofrimento, afinal, em algum momento da vida todas as pessoas são dependentes, seja na infância, na velhice ou na experiência de doenças, e, portanto, a idéia da igualdade pela interdependência demonstra-se como um princípio mais adequado para reflexão do que a idéia de independência.

Os seus argumentos baseiam-se principalmente na crítica ao princípio da igualdade pela independência, na emergência do corpo com lesões e na discussão sobre o cuidado. Para as feministas, apenas focar na idéia de que os limites são sociais e não dos indivíduos, não representaria a totalidade de demandas por justiça dos diferentes grupos de pessoas com deficiência, a saber: física, visual, auditiva, mental e orgânica. E logo, apenas eliminar as barreiras não seria suficiente para alguns tipos de deficiência: há pessoas com deficiência que jamais terão habilidades para a independência ou capacidade para o trabalho, não importa o quanto as barreiras sejam eliminadas (DINIZ, 2007; DEWSBURY, 2004). O valor importante nesse caso é o da interdependência.

O segundo modelo acredita que existem desigualdades de poder no campo da deficiência que não serão resolvidas por ajustes arquitetônicos, e assim: “apenas princípios da ordem das obrigações morais, como o respeito dos direitos humanos, serão capazes de proteger a vulnerabilidade e a dependência experimentadas por muitos deficientes” (DINIZ, 2008, p.69).

Tendo essa discussão em vista, este trabalho caminha em conjunto com a idéia de interdependência, proposta pela segunda geração do modelo social, principalmente por estar de acordo de que para algumas formas de deficiência a total independência não seria possível, e logo, não faz razão seguir um

modelo que não contemple a todas. No entanto, isso não significa que se deve parar de pensar na eliminação das barreiras (qualquer tipo de barreira), pois a existência destas demonstra que não estão sendo respeitados os diferentes modos e estilos de vida existentes.

O modelo social britânico têm sido uma base excelente para o movimento político, mas hoje é uma fundamentação antiquada para uma teoria social. Esse modelo social foi um projeto moderno, construído em bases marxistas. O mundo, e o modelo social, passou a diante, e nós precisamos aprender com os outros movimentos sociais, e com novas perspectivas teóricas, particularmente as do pós-estruturalismo e do pós-modernismo. Acreditamos que a idéia de que todos temos uma incapacidade, não apenas as pessoas com deficiência, é uma idéia importante e de longo alcance para a sociedade, com maiores implicações para a intervenção médica e social no século 21 (SHAKESPEARE & WATSON, 2002, p.29)⁷.

2.3. Do estigma a exclusão social

O termo “estigma” originou-se na Grécia para denominar sinais corporais que evidenciavam algo de ruim sobre o status moral do sujeito, e, portanto, uma pessoa marcada deveria ser evitada, principalmente na vida pública. Atualmente, o termo continua sendo utilizado semelhantemente ao sentido original, com a ressalva de que agora ele se refere mais a própria situação do indivíduo do que a sua evidência corporal (GOFFMAN, 1988).

O estigma aparece em público, principalmente com os contatos mistos⁸, onde há uma relação entre o atributo (sinais) e o estereótipo, resultando em uma depreciação da pessoa estigmatizada frente à sociedade e possivelmente dela consigo mesma. Para o autor, isso acontece porque a sociedade estabelece os meios de categorizar os indivíduos e o total de atributos

⁷ Tradução livre. No original: The British social model has been an excellent basis for a political movement, but is now an inadequate grounding for a social theory. This social model was a modernist project, built on Marxist foundations. The world, and social theory, has passed it by, and we need to learn from other social movements, and from new theoretical perspectives, particularly those of post-structuralism and post-modernism. We believe that the claim that everyone is impaired, not just ‘disabled people’, is a far-reaching and important insight into human experience, with major implications for medical and social intervention in the twenty-first century (SHAKESPEARE & WATSON, 2002, p.29).

⁸ Denominados por Goffman (1998) como o encontro entre uma pessoa com estigma e uma pessoa dita “normal”.

considerados comuns e naturais para cada categoria, para assim, ao estabelecer contatos com “outras pessoas” não precisar de atenção ou reflexão particular, pois já são relações previstas.

No contato misto, isso não acontece, pois num primeiro momento, surge o problema de muitas vezes não saber como lidar com a pessoa, pois esta foge dos padrões previsíveis de sociabilidade e normalidade, já que os sinais visíveis – o estigma – estão presentes à primeira vista, na maioria das pessoas com deficiência, principalmente na deficiência física. No entanto, logo após esse momento, é criado um novo padrão de como se relacionar, e isso ocorre de uma forma estigmatizadora, transformando essa relação em previsível também.

É a própria sociedade quem estabelece os meios de categorizar as pessoas, e quais atributos serão considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Ao ver um estranho, se surgirem evidências de que ele possui um atributo que o torne diferente – um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – deixa-se de considerá-lo normal, reduzindo-o e diminuindo-o (GOFFMAN, 1988). Ele possuiu um estigma, uma característica distinta do previsto.

Dessa forma, serão as expectativas do meio que determinarão a diferença entre pessoas com deficiência e pessoas sem. Um dos principais problemas decorrentes disso é o risco da pessoa com deficiência tornar-se reduzida a sua deficiência, ou seja, ao interiorizar os padrões dominantes, pode começar a ficar envolta numa idéia de invalidez, esquecendo-se de suas potencialidades individuais, já que sua inclusão na sociedade é comprometida e suas possibilidades de realização através de práticas sociais rotineiras são minimizadas (BOURDIEU, 1998; MARQUES, 1998; SAETA, 1999).

Há, devido aos avanços conquistados pelo próprio movimento das pessoas com deficiência, um contexto social distinto de épocas passadas, onde podemos notar maior presença delas na vida pública, posto que aprovaram uma série de leis visando garantir direitos na educação, no mercado de trabalho, na saúde, entre outros. Essa mudança se deve em grande parte aos debates que surgiram tanto no Brasil, como no mundo. Contudo, as políticas sociais por muitas vezes se mostram insuficientes ou então são formadas a partir de uma visão bastante parcial com relação às transformações

necessárias a participação das pessoas com deficiência na vida social (MARTINS, 2004).

A inserção no trabalho, por exemplo, é algo difícil a ser alcançado, pois, de acordo Marques (1998) as noções de capacidade e incapacidade norteiam o modo atual pelo qual as pessoas com deficiência são vistas no mundo⁹, e estão conectadas à idéia de produção. Por teoricamente não produzirem, são colocadas numa condição de inferioridade e de incapacidade produtiva, fato que gera uma estratificação, com limites claros a respeito das suas possibilidades de realização profissional. Existe nesse caso, uma não dissociação da condição de indivíduo com a condição de produção, logo, ter uma deficiência acaba significando ser não produtivo, ou seja, não adequado: “um inválido e, conseqüentemente, um ser digno apenas de caridades marginalizadoras e humanamente humilhantes” (MARQUES, 1998, p.107).

Então, apesar da legislação em vigor determinar percentuais de contratação de pessoas com deficiência, isso ainda está longe de se concretizar. Segundo Teixeira (2007) o mito da limitação precisa ser desconstruído: é necessário pensar no paradigma da diversidade, no qual as pessoas apresentam um potencial a ser desenvolvido, e merecem investimentos. Contudo o autor alerta, que não devem ser pensadas apenas em contratações por obrigação, mas sim em contratações que envolvam postura ética, o exercício das diferenças e de desconstrução do preconceito (TEIXEIRA, 2007).

A idéia de Santos (1995) de exclusão e desigualdade permeia esse debate com relação à inserção no trabalho, por se tratar de diferentes processos de hierarquização. Existe uma diferença de significados com relação as duas:

No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. Estes dois

⁹ Há inúmeros debates a respeito da deficiência, e estes variaram de época para época, com “uma infinidade de concepções, que foram se alternando de acordo com as visões de mundo, de homem, de sociedade e de moralidade de cada região e em diferentes intervalos de tempo” (MARQUES, 1998, p.105).

sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas em combinações complexas (SANTOS, 1995, p. 2). (grifo meu)

Logo, se pegarmos o caso das pessoas com deficiência, em sua maioria, temos que o grupo sofre mais processos de exclusão: por não participar realmente da vida em sociedade, não estão integrados. Mesmo porque, as relações de desigualdade são calcadas no fenômeno sócio-econômico, e as pessoas com deficiência estão se inserindo somente ultimamente no campo do trabalho, e basicamente devido a presença de cotas nos concursos públicos, ou por leis trabalhistas. Resumindo, as empresas são obrigadas pela legislação a empregar o grupo, logo, eles não são essenciais como mão de obra, são essências apenas para que as empresas não sofram prejuízos financeiros com as multas advindas do não cumprimento da lei. Dessa forma, se partirmos da ótica de Santos, as pessoas com deficiência estariam mais familiarizadas com as relações de exclusão do que de desigualdade.

Martins (2002) vai além, para o autor

Excluído é apenas um rotulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. Excluídos e exclusão são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem (MARTINS, 2002, p.30/31).

Dessa forma, para muitas realidades, não podemos nem ao menos afirmar que a pessoa com deficiência seja excluída, mas sim, possuidora de uma vivência constituída por múltiplas e dolorosas experiências constantes de privações, anulações e também de inclusões enganadoras (Martins, 2002).

2.4 A pessoa com deficiência física

Segundo os dados do IBGE de 2000, temos no Brasil algo em torno de 24.600.256 pessoas com deficiência. Entre elas, estima-se que existam 1.416.060 pessoas com algum tipo de deficiência física, como tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente, e 7.939.784 pessoas com algum tipo de deficiência motora, ou seja, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas. Neste trabalho serão considerados ambas, tanto a física como a motora, correspondendo a um total de 9.355.844 pessoas, mas nos referiremos a elas principalmente como deficiência física.

Assim, serão consideradas pessoas com deficiência física e motora, aquelas que possuem “impedimentos de natureza física, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (MAIOR, 2008, p. 21/22). Entre as causas, o leque de possibilidade é grande, podendo estar relacionadas a problemas genéticos, complicações da mãe na gravidez, doenças infantis, acidentes etc.

As pessoas com deficiência física, por possuírem na maioria das vezes, um estigma, uma marca corporal bastante evidente, são umas das que mais sofrem preconceito, principalmente porque vivemos em uma época em que o corpo, e o culto ao corpo escultural e saudável é demasiadamente valorizado. E seu corpo é antagônico ao corpo buscado (FONTES, 2002), com um estigma bastante evidente (GOFFMAN, 1988).

Também, são uma das que sofrem na interação com o meio construído, devido ao recorte de classe e a falta de acessibilidade presente na grande maioria do território brasileiro. Vejamos melhor esses argumentos, a seguir.

3. Os lugares e a pessoa com deficiência física

Este terceiro capítulo consiste na discussão a respeito da interação entre o lugar e a deficiência. Para tal, trataremos primeiramente do desenvolvimento desordenado da maioria das grandes cidades: um dos fatores responsáveis para a formação de lugares periféricos – locais aonde a rede urbana e a rede de serviços só são reais para outras pessoas (SANTOS, 1987). Também abordaremos partes constituintes desses lugares, como as condições de acessibilidade existentes na via pública e as casas, com seu significado simbólico e concreto para a pessoa com deficiência física.

3.1. Conceituando Lugar

O conceito de lugar é um conceito complexo, com inúmeras maneiras de ser analisado. No entanto neste estudo parte-se da noção de que lugar possui uma dimensão mais subjetiva na relação entre homens com o seu espaço, e que em geral implica em processos de identificação e relações de identidade (HAESBAERT, 2002). Seria segundo o antropólogo Marc Augé, uma construção concreta e simbólica do espaço, um princípio de sentido para aqueles que o habitam e um princípio de inteligibilidade para os que o observam (AUGÉ *apud* HAESBAERT, 2002).

Portanto, o lugar não é tratado simplesmente como uma mera questão de escala, pois acaba por traduzir todo um contexto de interação e significado: o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e, assim, o dotamos de valor (TUAN *apud* HAESBAERT, 2002).

Portanto, caracterizar o lugar é importante porque as interações ocorrem necessariamente em algum lugar, mas elas próprias o vão modelando, na medida em que fronteiras físicas são classificações que resultam da dominação simbólica e material de grupos e indivíduos. Dessa forma, a disposição do espaço não deve ser entendida como um dado por si só, mas sim, uma relação social hierárquica entre as parcelas da população, decorrendo da distribuição desigual de bens materiais e simbólicos (BOURDIEU, 1997).

3.2 A problemática habitacional

Bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não, todos os 138 milhões de habitantes moram em cidades (Maricato, 2001, p.16).

Variados fatores contribuíram e contribuem para o panorama atual das grandes cidades, e conseqüentemente, para a ampliação das chamadas áreas periféricas e suas conjunturas atuais. Um deles, sem sombra de dúvidas, é a concentração populacional, que se intensificou a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, se em 1940 tinha-se uma população urbana constituída por 26,3% da população total, em 2000 este número passou para 81,2%, ou seja, em 60 anos a população urbana passou radicalmente de uma minoria para a grande maioria (MARICATO, 2001; 2006).

Desse processo, são várias as resultantes negativas. O fato das cidades não desenvolverem de forma suficiente a capacidade para atender a toda população é uma delas, culminando num aprofundamento da desigualdade numa sociedade já desigual, e acentuando aspectos como desemprego, violência e déficit habitacional (MARICATO, 2001; 2006)

Aos que não conseguem se inserir restam padrões de ocupação que são caracterizados pela:

produção da moradia em sistema de autoconstrução; pela circunscrição em loteamentos irregulares em terrenos susceptíveis em encostas, fundos de vale e varzeas; pela limitação dos equipamentos públicos na localidade, principalmente relacionados ao saneamento, entre outros (VALENCIO et. al 2008, p.4).

Enfim, tem-se que o problema da habitação hoje, provavelmente, seja um dos mais graves nas cidades brasileiras, evidenciando a desigualdade social ao compararmos as áreas mais habitadas pela população pobre com os bairros de elite, que ocupam regiões mais valorizadas. Maricato (2001), ao fazer uma análise geral de todo o processo, conclui que embora a urbanização tenha se constituído como um dos caminhos para a modernização, ela não caminhou na direção contrária do Brasil arcaico, apenas recriou o atraso com

novas facetas. Funcionou, no fim, como uma máquina de produzir favelas e periferias e agredir o meio ambiente em que vivemos.

Apenas para ilustrar, de acordo com o PNUD analisando os dados dos censos de 1991 e 2000 do IBGE, nas principais capitais da região Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro, o percentual de pessoas que viviam em domicílios subnormais¹⁰ passou de 17,91% em 1991 para 18,78% em 2000, quase um quinto da população urbana (VALENCIO et al, 2008).

3.2.1. Os lugares e a Pessoa com Deficiência: O recorte sócio-econômico

A deficiência é uma característica existente em qualquer sociedade, e aparece sem distinção de classe social ou etária, no entanto, segundo pesquisas a pobreza seria um dos fatores que mais desigual e agrava as deificência na população (BRASIL, 2007a). Como já foi afirmado, embora não exista dados concretos, uma em cada cinco pessoas pobres possuem algum tipo de deficiência. Só no Brasil, segundo dados do IBGE, 30% das pessoas com deficiência vivem em situação de pobreza extrema¹¹ (IBGE, 2000).

Dessa forma, é inegável o recorte de classe existente, demonstrando que uma grande das pessoas com deficiência no Brasil pertencem as classes mais pobres da população. Isso indica que o território ocupado por elas tendem a ser os mais precários possíveis, como periferias e favelas, permeadas pela marca da ilegalidade e a consequente ausência de direitos e controle total de uso e ocupação do solo. São lugares de exclusão urbana, mal servidos pela infra-estrutura e por serviços urbanos, como água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, transporte etc. (MARICATO, 2006).

Além desses problemas básicos, Torres e Marques (2001), ampliam o leque de dificuldades. Segundo o autor, o panorama dos espaços periféricos sofreu alterações com o passar do tempo. Nas décadas de 1970 e 1980 eram tratados como lugares onde residia uma população operária que era inserida

¹⁰ Segundo os indicadores do PNUD, domicílios subnormais são os localizados em aglomerados subnormais, com uma ocupação desordenada, e sem a posse ou o título da propriedade. Pode também ser designado por "assentamento informal", como por exemplo, mocambo, alagado, barranco de rio etc.

¹¹ Situação de pobreza extrema, segundo o IBGE, são condições piores ainda dos que são considerados pobres (IBGE, 2008).

de forma muito precária na estrutura de renda e de ocupações, com casas autoconstruídas em terrenos ocupados ou irregulares e com pouco acesso a equipamentos e serviços urbanos, etc. Seriam espaços socialmente homogêneos, deixados na grande maioria das vezes em segundo planos pelas políticas estatais.

Contudo, alguns investimentos foram realizados e as condições médias da infra-estrutura das periferias foi elevada, diminuindo um pouco, em alguns casos, as diferenças com relação as camadas mais ricas da população. Isso auxiliou para tornar o fenômeno da segregação menos dependente de fatores como a presença/ausência de equipamentos e serviços, e mais ligado a idéia de qualidade, freqüência e aos padrões de atendimento daquela região (TORRES & MARQUES, 2001).

Assim, hoje as periferias metropolitanas da atualidade são mais heterogêneas entre si, de forma a constatar espaços bem servidos e de certa forma inseridos na malha urbana, com outros, nos quais a população é submetida a condições sociais e exposição a diversos tipos de riscos. Estes lugares seriam as chamadas hiperperiferias:

aquelas áreas de periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais – pior acesso à infra-estrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc. – e que apresentam condições adicionais de exclusão urbana (TORRES & MARQUES, 2001, p.52).

Somado as variadas formas de desigualdades sociais e residenciais, estariam evidenciados na hiperperiferia a exposição de riscos ambientais: uma espécie de periferia da periferia, onde em um espaço territorial menor estão condensados riscos sociais, residenciais e ambientais das mais variadas origens, a criar um conjunto aliando pobreza e péssimas condições de vida para a população residente. Isso ocorre principalmente porque o mercado de terras torna as áreas de risco ambiental (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos, etc.) as únicas acessíveis a grupos de baixíssima renda (ACSELRAD, 2000; VALENCIO et al, 2008; TORRES & MARQUES, 2001).

Portanto, as pessoas realmente pobres, entre as quais já citamos as pessoas com deficiência, e que moram em domicílios subnormais, também

podem estar expostas aos riscos, passando da “dependência à irrelevância” (TORRES & MARQUES, 2001), vivendo num círculo perverso de pobreza somada a péssimas condições de vida em lugares específicos.

Não há desigualdade social sem esta se refletir na desigualdade espacial, pois as hierarquias são expressadas na concentração dos bens ou de serviços públicos e privados, numa reprodução simbólica legítima (BOURDIEU, 1997). Logo, temos que “o espaço físico é expressão de realidades sociais duráveis no mundo natural, que são estruturadas, regra geral, sob o código da desigualdade na reprodução material e simbólica da sociedade” (ALMEIDA, 2008, p.112).

Portanto, temos um retrato de várias exclusões¹² ao qual se refere Martins (2002), na qual não estão relacionadas apenas ao território, como também aos seus moradores, que são objeto de preconceito e rejeição. Seria uma exclusão por ter uma deficiência, por ser pobre e conseqüentemente possuir precárias condições de habitação – e ainda sujeitos aos mais diversos tipos de riscos ambientais. Quando na verdade, para uma pessoa com deficiência física, esse lugar deveria contar, por lei, com construções acessíveis. Vejamos a seguir.

3.2.2 A deficiência física e a falta de acessibilidade

São milhões de cidadãos brasileiros que em tese, teriam seus direitos garantidos pela Constituição Federal, pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e por uma série de leis e decretos (...). Nesse conjunto de direitos, o que trata da acessibilidade talvez seja o mais fundamental. É proporcionar, à pessoa com deficiência ou com restrição de mobilidade, a possibilidade de ir e vir quando quiser e também de usufruir dos serviços públicos como qualquer outro cidadão (CEPAM, 2009a).

De acordo com a lei 10.098 acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para a utilização, de forma segura e autônoma, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos

¹² “Uma vez que as mesmas vítimas podem e geralmente são alcançadas simultaneamente por diferentes modos de exclusão” (MARTINS, 2002, p.21/22).

sistemas e meios de comunicação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (TAVARES FILHO et al., 2002). Seria um processo de possibilitar a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade, não realizado por meras razões de solidariedade, mas, sim, para a obtenção de uma sociedade onde todos possuem direito à participação, com direito a igualdade e de acordo com suas próprias características (CONDORCET, 2006).

De acordo com Sasaki (2004), o conceito de acessibilidade abrange seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, e todas são igualmente importantes, ou seja, na falta de uma, todas são comprometidas. Logo, apesar do enfoque principal da discussão de acessibilidade estar na esfera da falta de acesso aos meios arquitetônicos e urbanos, como as vias, edificações, logradouros públicos, mobiliário, transporte, etc. (SILVA, 2004), o ideal a ser buscado é uma acessibilidade que procure integrar a todas as outras formas de deficiência¹³.

A falta de acessibilidade – marca registrada da grande maioria do espaço brasileiro – é uma característica do espaço que incide diretamente na vida das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Consiste na existência de barreiras arquitetônicas, que não permitem que as pessoas com deficiência se desloquem livremente pelos lugares.

Essas barreiras estão presentes ao longo de todo país e prejudicam a vida das pessoas com deficiência, ao torná-las dependentes de outras pessoas, seja para se locomover, como para se comunicar. São resultados, principalmente, das limitações ambientais impostas por construções mal projetadas tais como: o meio-fio das vias públicas, que em geral, não apresentam rampas de acesso em bom estado de conservação para a passagem de cadeiras de rodas; edifícios que não possuem elevadores; os meios de transporte coletivos inacessíveis, entre outros. (DALLASTA, 2006).

Importante ressaltar que a questão da acessibilidade está completamente relacionada com um recorte financeiro, pois, bairros de renda alta e locais na via pública destinados a essas classes apresentam ambientes,

¹³ E assim não se ater somente aos edifícios públicos, também abrangendo o atendimento em restaurantes que oferecem cardápios em linguagem Braille, programas de resgate e de fuga dos edifícios de vários andares em caso de incêndio, etc. (GUIMARÃES, 2002).

se não totalmente, mais acessíveis. Já para as outras parcelas da população, a acessibilidade é considerada artigo de luxo, e um investimento muito alto, perto de todas as outras necessidades consideradas mais prementes. Por conta disso, numa mesma cidade há sempre um contraste entre lugares acessíveis e lugares repletos de barreiras arquitetônicas, ou seja, inacessíveis. A grande ironia, é que a grande parcela da população que necessita de ambientes acessíveis, se encontra economicamente distribuída pelos lugares não acessíveis.

Dessa forma, devem ser dadas condições de que o meio contemple a todos os cidadãos (GUIMARÃES, 2002), pois até então o principal problema constitui-se no fato de que os espaços atuais são construídos para serem utilizados por "um padrão ideal de pessoas", padrão este que não inclui a pessoa com deficiência e muito menos prioriza a questão da diversidade (BAHIA, 1998), e que revela relações marcadas pelo poder, criando normas e regras sobre quem deve ou não frequentar. Com isso, tem-se que o espaço criado até então agiu apenas no sentido de acentuar a diferença das pessoas com deficiência, aumentando a dificuldade de viver sua vida cotidiana.

O panorama com relação a existência da acessibilidade está passando por recentes modificações: segundo Silva (2004), em vários países do mundo as etapas de supressão das barreiras físicas já foram superadas, seguindo um desenho universal: O desenho de produtos e ambientes utilizáveis por todas as pessoas no limite do possível, sem que seja necessário a adaptação, ou um desenho especializado (CEPAM, 2009b). Em outras palavras, seria a concepção de um espaço urbano, edificações e transportes que possam ser utilizados por qualquer pessoa para a realização de tarefas em sua vida diária.

No Brasil, as principais leis a respeito da acessibilidade surgiram a partir da "Associação Brasileira de Norma Técnica – ABNT", ao elaborar a norma brasileira NBR 9050, em 1994: "Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaços, Mobiliário e Equipamentos Urbanos". Sendo o último avanço o Decreto n. 5.296 de 2004, o qual estabeleceu critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência, e definiu prazos para esta ser aplicada em edificações públicas, (2 de junho de 2007) e para as edificações coletivas (2 de dezembro de 2008) (SILVA, 2004). Este último colaborou com inúmeros avanços relacionados a inclusão da pessoa

com deficiência, como o atendimento prioritário, a acessibilidade arquitetônica, acessibilidade aos serviços e transportes coletivos, entre outros (CEPAM, 2009b).

Todavia, embora para algumas cidades e bairros com rendas maiores a acessibilidade já é uma realidade, para outros, a situação continua a mesma: falta a implementação e a fiscalização de muitas das leis. Principalmente em favelas e periferias, locais que por muitas vezes nem o mínimo de condições básicas para os residentes são proporcionados, e onde falar em acessibilidade seria considerada uma questão de luxo.

Por conta disso, o grupo ainda fica sujeito aos mais variados tipos de situações constrangedoras, seja ao se deparar com uma grande escadaria, com uma rampa de ângulos errados, ruas repletas de buracos, bueiros destampados, etc. Vejamos um exemplo o seguinte trecho da reportagem do jornal Folha de São Paulo: “Atletas paraolímpicos competem nas ruas de SP”.

Mizael, cego, camisa 10 da seleção de futebol de 5 (quatro cegos na linha e um goleiro que enxerga), aprendeu em SP a desviar dos obstáculos – depois de tombos em placas e carros estacionados sobre a calçada. Suas dificuldades na cidade começam quando ele põe o pé para fora de sua casa. Segundo ele as calçadas são como uma montanha-russa: “Sou obrigado a andar pelo meio da rua para não cair”. A caminhada de sua casa até o ponto de ônibus reserva surpresas constantes, como bueiros destampados. O que lhe causa mais vergonha é cair sobre barracas de camelôs (SCHIVARTCHE, 10/10/2004).

Ou então, em outra notícia retirada do jornal Folha de São Paulo: “Após reforma, calçadas de SP têm problemas de pavimentação e acessibilidade”:

Quem anda pelas calçadas das principais vias da cidade de São Paulo cada vez mais tem de pular para a rua ao desviar das obras no piso. A prefeitura, neste ano, intensificou a reforma de passeios públicos --já foram 30 km até agora ante 40 km em todo o ano passado. Há as calçadas verdes, com faixa gramada de 60 cm, em bairros como o Limão (zona norte); as com ladrilhos, como na rua Duque de Caxias (centro); as com concreto moldado, como na rua Amaral Gurgel (centro).

Embora as obras melhorem a acessibilidade, nem todas as calçadas reformadas têm recursos como piso tátil em volta dos orlhões, sem o qual deficientes visuais podem bater a cabeça. Além disso, algumas das primeiras calçadas beneficiadas pelo

projeto registrem problemas logo depois de prontas e, hoje, se tornaram verdadeiras armadilhas.

Desde 2005, quando começou um programa de intensificação de reformas de calçadas, 474 km já foram recuperados em todas as regiões da cidade. Estima-se que a capital paulista tenha 30 mil km de calçadas ao todo. Os proprietários dos imóveis são responsáveis por elas. O programa da prefeitura mira as vias com maior circulação de pedestres. Após a obra concluída, cabe aos proprietários dos imóveis beneficiados fazer a conservação. Nas calçadas que não são priorizadas pelo poder público, são muitos os problemas ao longo da cidade. Mesmo em bairros nobres da região central, como Higienópolis, os passeios estão nas condições mais variadas de inadequação. Há pavimentos totalmente desnivelados, com irregularidades como degraus. Em casos assim, a primeira multa ao proprietário vai de R\$ 96,33 por metro linear de passeio danificado até R\$ 11,5 mil no total, a depender do defeito. A Comissão Permanente de Acessibilidade da prefeitura diz que, de 2005 até 2009, foram aplicadas 10.752 multas para calçadas irregulares. Neste ano, até maio, já foram 960 imóveis multados (CIMINO, 9/7/2010).

Fazendo uma relação da discussão até aqui apresentada a respeito da acessibilidade com os estudos sobre deficiência, podemos notar que existe uma deficiência nas estruturas de edificações, de transportes, enfim, das cidades num geral, as quais não foram construídas para a diversidade, nem procurando englobar todas as possíveis necessidades. A falta de um espaço adequadamente acessível atua como uma das formas de negar às pessoas com deficiência o direito de se locomover pela via pública. Fica claro, dessa forma, a existência de um contexto social que favorece e torna a distinção evidente, e que cria um olhar seletivo sobre os grupos que possuem direitos de trafegar, e conseqüentemente, sobre grupos que possuem o direito de se incluir. E mesmo com a legislação e multas previstas e aplicadas, ainda existem muito problemas a serem vencidos.

Nesse sentido, por pouco utilizar a via pública, a casa acaba tendo um significado especial para a pessoa com deficiência física.

3.3. A casa: Uma “concha” contra as adversidades

“Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo” (Bachelard, 1993, p.24).

De acordo com Gressler (2007) “abrigo” seria, provavelmente, a primeira palavra que vem a mente quando pensamos em uma casa. A idéia de casa acompanha a humanidade a milhões de anos: existem registros provando que os homínídeos fizeram construções na África há quase dois milhões de anos atrás – depois da descoberta das ferramentas de pedra, mas antes do uso do fogo. Uma das hipóteses para tal construção foi a necessidade de um lugar especial para a comida ser levada e compartilhada entre as pessoas (RAPOPORT *apud* GRESSLER, 2007, p.65).

Atualmente, a casa pode ser vista como uma mercadoria essencial, que possui um grau de complexidade elevado tanto com relação a sua produção, como com relação a sua distribuição, e consiste em uma das mais caras mercadorias de consumo, pois existe uma necessidade para tal item sem contra-argumentações: afinal, todo mundo precisa morar de alguma forma, em algum lugar¹⁴ (MARICATO *apud* CRUZ, 2007). Além dessa forma material, relacionada a valor, estrutura e estilo, filósofos como Bachelard (1993) a entendem como sendo uma das maiores forças de integração para os pensamentos, lembranças e os sonhos do ser humano, pois sem ela, o homem seria um ser disperso pelo mundo.

Portanto, a casa possui historicamente uma grande variedade de imagens e significados: seja quando é entendida como uma construção física que serve de abrigo – uma visão positivista, que vê a casa apenas como um objeto inanimado –; seja quando ela é entendida como um espaço simbólico de pertencimento social, de intimidade e segurança; ou até mesmo quando ela é entendida no campo da fenomenologia, como sendo portadora de voz e de alma (BACHELARD, 1994; HIGUCHI, 2003).

Não se trata de descrever casas, de pormenorizar-lhes os aspectos pitorescos e de analisar as razões do seu conforto. É preciso ao contrário, superar os problemas da descrição – seja ela objetiva ou subjetiva, isto é, quer se refira a fatos ou a impressões – para atingir as virtudes primárias, aquelas em que se revela uma adesão inerente, de certo modo, à função de habitar (BACHELARD, 1993, p.24).

¹⁴ Com exceção das pessoas em situação de rua.

Levi-Strauss, inserido no campo da antropologia, acredita que as casas não significam construções, mas sim organizações centrais da organização social dos grupos, ou seja, a casa manifesta princípios organizacionais que somam “valores econômicos e políticos, até então visto como irreconciliáveis, numa análise das relações de parentesco” (Levi- Strauss *apud* HIGUCHI, 2003, p.51). Num momento seguinte, alguns autores ampliaram essa idéia, afirmando que a casa deve ser vista mais que apenas como um aspecto-chave para entender as relações de parentesco ou de economia política, mas sim, como uma totalidade criada a partir dos significados que as pessoas atribuem a ela (HIGUSHI, 2003).

Outra linha de pensamento atribui à casa a função de centro da habitação humana, pois é por meio dela que seus habitantes “falam” com os que estão fora dela, tal como um corpo, de forma que suas identidades pessoais e experiências se tornem visíveis e expressivas (BOURDIEU, 1990; HIGUCHI, 2003). Enfim, a casa possui grande variedade de significados, responsáveis para fornecer à pessoa uma leitura do mundo, além de se consolidar também como estrutura geradora de outras estruturas do mundo (BOURDIEU *apud* HIGUCHI, 2003), no entanto, uma coisa é certa: para uma análise mais aprofundada, não é possível separar os aspectos materiais dos não materiais: um está contido no outro, pois “os significados dados pelas pessoas às suas práticas diárias estão inevitavelmente materializados nas casas, as quais, por sua vez, servem como aspectos mnemônicos para entender esse mesmo mundo ao seu redor” (Higuchi, 2003, p.53).

Além dessa visão micro, voltada para a casa, temos outro ponto que nos interessa para a análise, pois interage a todo instante com ela: a rua. Apesar de possuírem práticas distintas, a rua e a casa têm uma relação de coexistência: por vezes se reafirmam, por vezes se contradizem (HIGUCHI, 2003).

DaMatta (1985), analisando esse fenômeno, nos mostrou a dinâmica da oposição existente nesses dois domínios espaciais, o da *casa* e o da *rua*. Segundo DaMatta, cada um desses espaços se caracteriza como *locus* de distintos padrões de comportamentos e moralidade. Por exemplo, *casa* evoca um espaço de privacidade e intimidade em contraste

com o espaço público e impessoal da *rua*. Em cada um desses espaços a cidadania se exprime diferentemente. No caso da *casa*, a pessoa incorpora um estado de “supercidadão”, cujo direito perpétuo e inalienável foi conquistado com o nascimento, por meio das relações de parentesco e de gênero. Já no espaço da *rua* a pessoa incorpora um status de “subcidadão”, ordinário e despossuído de voz e direitos individuais. (DAMATTA *apud* HIGUCHI, 2003, P.54)

Nesta relação existente entre a rua e a casa, temos que, quando o espaço público e impessoal da primeira não proporciona o direito de ir e vir, conta com a existência de barreiras para determinados cidadãos, tem-se como consequência, que estes acabam ficando reclusos em um ambiente de abrigo, no ambiente onde se sente seguro. No caso das pessoas com deficiência física que não conseguem trafegar sozinhas pelas ruas, a casa adquire um significado muito forte, o de reduto, um canto onde as pessoas gostam de se encolher: “Encolher-se pertence à fenomenologia do verbo habitar. Só habita com intensidade aquele que soube se encolher” (BACHELARD, 1993, p.21).

Ela seria como uma forma de proteção contra as adversidades da vida, e apesar de ter esse significado para todos os cidadãos, pode existir um sentimento maior nesse sentido por parte das pessoas com deficiência. Veja o exemplo a seguir, da história de Victor Hugo, “O Concurda de Notre Dame”, um personagem bastante estigmatizado pela população e que se escondia dentro da catedral, e que ilustra bem esse sentimento, o de espaço simbólico de segurança:

Numa curta frase, Victor Hugo associa as imagens e os seres da função de habitar. Para Quasímodo, diz ele, a catedral fora sucessivamente “o ovo, o ninho, a casa, a pátria, o universo”. “Quase se poderia dizer que ele havia tomado a forma dela, como o caracol toma a forma da concha. Era sua morada, sua toca, seu invólucro... Estava, por assim dizer, colado a ela como a tartaruga ao casco. A rugosa catedral era sua carapaça (BACHELARD, 1993, p.103).

Em muitos casos, a casa seria um lugar único para a pessoa com deficiência física. Basta notar que, quando em uma conversa, dizemos a porcentagem de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, a população sempre tende a considerar tal número alto demais, e, no entanto, isso ocorre porque convivemos pouco: elas acabam ficando isoladas em suas casas. Dessa forma, a casa se torna “o” ambiente da pessoa com deficiência, o lugar

no qual os móveis e objetos estão dispostos de uma maneira que permita o seu tráfego, e que lhe transmite segurança.

Nesse sentido, quando a pessoa com deficiência tem a sua concha afetada, ela perde seus referenciais de proteção, perde o lugar que muitas vezes utiliza para se esconder do mundo. Vejamos a seguir, as pessoas com deficiência física em situações de desastres, e o que se fato, são desastres.

4. Desastres: O encontro da ameaça com a vulnerabilidade

Neste terceiro capítulo serão apresentados os debates no campo da Sociologia que envolvem os conceitos de risco e de desastres, principalmente os desastres envolvendo as chuvas – ameaça recorrente no panorama brasileiro. No território nacional, os eventos de chuvas concentradas e estiagens prolongadas são os mais preocupantes pela repercussão negativa sobre a produção agrícola, o abastecimento hídrico, a saúde pública, dentre outros (VALENCIO, 2009b, p.19).

Com relação aos desastres, cabe ressaltar que ainda não existe um consenso a respeito da sua definição, no entanto, segundo Valêncio (2009b) ele sempre irá causar uma anormalidade inaceitável na rotina de um determinado lugar. Lugar este, cujas pessoas residentes possuem baixa capacidade de recuperação de suas perdas.

Também será abordado o conceito de vulnerabilidade envolvendo os desastres, visto que:

Há grupos sociais que não conseguem ser visibilizados nos desastres, replicando a indiferença social que sofrem cotidianamente, tal como certos grupos em fluxos contínuos, migrantes que não conseguem criar laços e radicar-se nos lugares – e, assim, apresentam baixa capacidade para interagir politicamente e reivindicar direitos diante prejuízos havidos, como moradores em pensões populares, cortiços, favelas e outras ocupações subnormais e, em especial, pessoas em situação de rua (VALENCIO, 2009b, p.25).

Por fim, para concluir esse terceiro capítulo, será apresentada a idéia que permeia todos os pontos aqui apresentados: a idéia da existência de desigualdade ambiental, propiciada pela injustiça ambiental (ACSERALD, 2002).

4.1 Introdução aos conceitos de Riscos e Desastres

Estudos técnicos a respeito dos riscos passaram a ser desenvolvidos em várias disciplinas a partir da década de 60. Utilizava-se uma abordagem técnico-quantitativa, na qual o risco era considerado um evento adverso com determinadas probabilidades de provocar danos e que poderiam ser estimados

através de cálculos. Frente a essas abordagens, as Ciências Sociais elaboraram inúmeras críticas, passando por contribuições da antropóloga Mary Douglas na década de 1960, e chegando a uma nova perspectiva sobre riscos no fim da década de 1980, com teóricos como Anthony Giddens e Ulrich Beck, que consideraram os riscos – em especial os ambientais e tecnológicos – como chaves para se compreender as características, os limites e por fim, as transformações da modernidade (GUIVANT, 2000).

Segundo os autores, os riscos emergem como produto do desenvolvimento científico e tecnológico, ou seja, são resultados da atividade humana. Dessa forma, o “progresso”, segundo Beck (1997), por muitas vezes atuaria no sentido de ampliar situações perigosas: visto que a população pode entender como normais certas práticas sociais e econômicas com altas probabilidades de geração de danos materiais, e assim, a busca infundável pelo bem-estar acarretaria em inúmeros riscos sociais, políticos, econômicos, etc., que escapam do controle das instituições. “Esse risco surge porque as certezas dessa sociedade (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições” (BECK, 1997, p.16).

Assim, pode-se denominar a sociedade atual como sendo uma “sociedade de risco”, caracterizada como um estágio no qual a modernidade começa a se deparar com ameaças criadas pela sociedade industrial, que não somente escapam à nossa percepção sensorial, como dificilmente são determinadas pela ciência. O conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial. Entretanto, o problema que aqui se coloca é o fato de estes últimos, além de excederem a nossa imaginação, muitas vezes, também não podem* ser determinados pela ciência (BECK, 1997).

Giddens (1991; 1997), com algumas ressalvas, também compartilha dessa idéia, ao afirmar que o mundo é carregado e perigoso, e esse fato serve para “fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura” (GIDDENS, 1991, p.19).

Por outro lado, outros pesquisadores preocuparam-se em estudar a concretização destes riscos, os chamados desastres - os quais começaram a ser estudados pela sociologia americana, com enfoque nos desastres de origem tecnológicas e naturais, em 1940.

Existe uma ausência de consenso no campo da sociologia a respeito da sua definição, dando sentido a frase de Quarantelli, para o qual talvez seria mais fácil reconhecer do que definir um desastre” (QUARANTELLI, 1998). Com relação a sua magnitude de impacto no meio ambiente, poderíamos dizer primeiramente, que um desastre é diferente de rotinas de emergência (ele ocorre numa escala maior), mas também é diferente das chamadas catástrofes, as quais requerem mais necessidade de planejamento e administração do que os desastres de maiores impactos (QUARANTELLI, 2006).

Dessa forma, vários autores tentaram conceituar o que seria um desastre. Para Nasreen (2004), desastre pode ser entendido como um acontecimento que altera o modo rotineiro de funcionamento de uma sociedade, trazendo problemas para a vida social, criando caos e destruindo a estrutura social ali existente. Já para Mattedi & Brutzke (2001), ele seria o encontro da vulnerabilidade com uma ameaça. No caso brasileiro, as ameaças principais seriam de origem natural: as chuvas.

O interesse da sociologia para tais acontecimentos está relacionado com o crescimento exacerbado no número de desastres nos últimos anos. Segundo as estatísticas, verifica-se que a partir de 1950, ocorreu um aumento na frequência e na ocorrência de desastres, principalmente de origem natural, pelo mundo (Marcelino et al, 2006 *apud* EM-DAT, 2005). Para Valencio (2009a), os relatórios do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – de 2007 apontam para fatores de ameaças ambientais à espécie humana em escala global, aumentando não só o interesse a respeito dos desastres para sociologia, como em várias outras vertentes do conhecimento.

4.2 Desastres relacionados as chuvas: O caso brasileiro

Os desastres relacionados com ameaças naturais podem ser entendidos como “um misto de construção social e acontecimento físico, isto é, uma

elaboração cultural para lidar com ações e omissões humanas causadoras de danos intensos, que têm concentração espaço-temporal” (VALENCIO, 2006, p. 97). Atuam no sentido de interromper/comprometer rotinas importantes dentro de uma determinada localidade, como fluxos públicos, fixos residenciais, o abastecimento elétrico, entre outros (VALENCIO, 2006).

Eles seriam uma confluência entre determinados fenômenos da natureza e a insustentabilidade do meio construído, e cujo impacto ocorre nos mais diversos grupos sociais. Vale ressaltar, que as forças naturais não são o desastre em si, ou seja, se esses fenômenos acontecerem em outro lugar, e não afetar a população, eles não são considerados desastres (Hidalgo, 2009). Dessa forma, a compreensão do desastre para a sociologia está diretamente relacionada com a estrutura e dinâmica social que resulta em diversas interpretações a respeito das relações sociais (VALENCIO, 2009a).

Os eventos relacionados com os desastres podem ter:

origem hidrológica (inundações fluviais, inundações bruscas e deslizamentos), climatológica (ondas de frio, calor, incêndios florestais e secas), meteorológica (tempestades tropicais severas, tornados), geofísica (atividades sísmicas, erupções vulcânicas, tsunamis) (HIDALGO, p.55, 2009).

Ultimamente, o número desses desastres é cada vez maior. De acordo com Hidalgo (2009), as ocorrências hidrometeorológicas em termos mundiais estão relacionadas com 90% das calamidades e 72,5% das vítimas.

Segundo dados do Em-Dat (Emergency Events Database)¹⁵ entre 1948 e junho de 2009 (180 registros) atestam que 90% os eventos, 98,5% dos afetados, 79,3% das mortes e 99,9% dos prejuízos econômicos são causados por fenômenos de origem atmosférica (climatológicos, meteorológicos e hidrológicos) (HIDALGO, 2009, p.65).

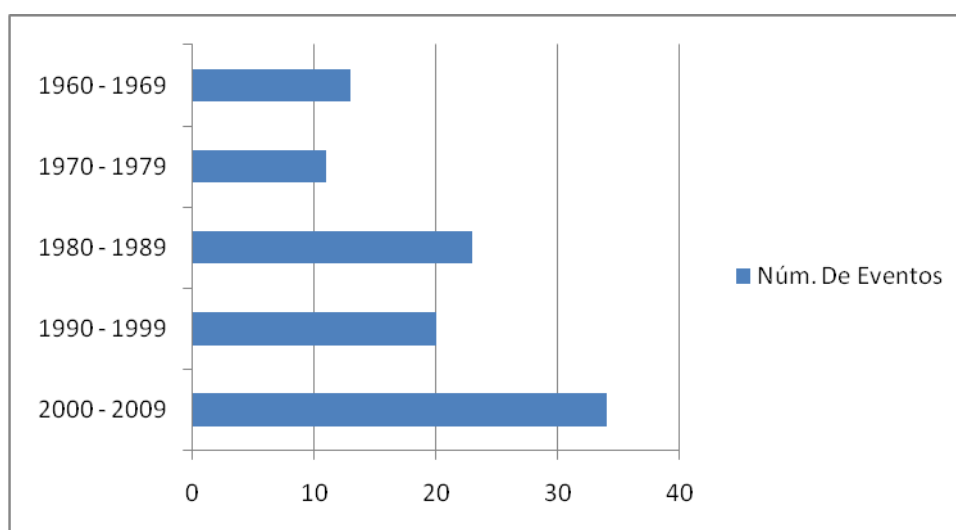
No Brasil, o panorama não é muito diferente, sendo os desastres relacionados a uma ameaça natural os que mais chamam atenção. Segundo os dados encontrados no Em-Dat (Emergency Events Database), o número desses eventos praticamente triplicou da década de 1960 a 2009. Enquanto na

¹⁵ Sobre o Em-Dat Database. Para um evento ser considerado um desastre para a plataforma, é necessário que: Seja reportado a morte de 10 ou mais pessoas; Seja reportado no mínimo que 100 pessoas tenham sido afetadas; declaração de estado de emergência.

década de 1960 foram contabilizadas 17 ocorrências, na década de 2000 ocorreram 55 eventos considerados desastres¹⁶.

Nesse contexto, uma ameaça de origem natural que precisa ser considerada, pois é um fator de interação preocupante com o meio sócio-cultural, são as relacionadas com as chuvas, as quais, devido à má estruturação presente na grande maioria das cidades brasileiras, atuam no sentido de revelar um território que foi ocupado por uma rápida e desestruturada urbanização, provocando a impermeabilização do solo, e gerando inúmeros problemas com sérias conseqüências. Para exemplificar, temos os dados encontrados no Em-Dat (Emergency Events Database), apresentando o número de enchentes classificadas como desastres, que praticamente triplicou da década de 1960 a 2009. Segundo os registros, foram 13 ocorrências durante a década de 1960, passando para 34 na década de 2000 a 2009.

Tabela 3: Número de enchentes no Brasil (1960-2009).



Fonte: Elaborado por Débora Geraldi, com dados do Em-Dat (2010).

Assim, têm-se

Chuvas cada vez menos volumosas revelam um cenário calamitoso em vista de uma realidade concreta: o processo de adensamento de fixos e fluxos, que caracteriza a forma de organização do espaço citadino, é vulnerável à água e ao granizo que caem, e frágil aos ventos e às descargas elétricas. Diante desta situação, o trânsito rodoviário e aeroviário se

¹⁶ Esses dados, no entanto, servem apenas para ilustrar o aumento, pois segundo pesquisas realizadas, o banco de dados do Em-Dat não registra todos os eventos ocorridos (MARCELINO et al., 2006).

complica, as moradias sofrem destelhamentos e inundações, o comércio contabiliza prejuízos referentes às edificações e mercadorias, equipamentos e pessoas sofrem danos de difícil reversão ante os raios, e a cidade pára (Valencio, p.164, 2005).

Esses danos causados por essa prática da compatibilização de fixos e fluxos são sempre socializados, dessa forma, apesar de não afetar todas as camadas sociais igualmente, não seria correto afirmar que os bairros de classe alta, ou populações de renda média e alta, não sofram algum tipo de transtorno com as chuvas, pois, nas ligações entre os bairros, num ordenamento territorial que aparta, mas, ao mesmo tempo avizinham pobres e ricos, sempre ocorrem problemas para as rotinas de ambos. A diferença consiste no fato de que, para os ricos, o sistema securitário cobre os prejuízos, já para os mais pobres, os prejuízos são muitas vezes irreversíveis.

Para Valencio (2005), as perdas materiais são inúmeras, mas também existem os danos imateriais - de significados emocionais e simbólicos para os afetados – que também são muitos. Além das pessoas possuírem rotinas que podem ser facilmente rompidas com os transtornos decorrentes das chuvas, começando pelas rotinas familiares e estendendo-se ao ambiente de vizinhança e de trabalho, elas também sofrem devido ao apego à moradia que é afetada, a casa seu lugar no mundo.

4.3 Os lugares sob ameaça: a vulnerabilidade socioambiental

“Os riscos relacionados às chuvas demonstram que não é o evento físico em si que faz o grupo ser considerado vulnerável, mas sim a interação do evento físico com os fixos e fluxos que o grupo está inserido” (VALENCIO et al., 2006, p.98).

A vulnerabilidade urbana aos riscos é uma noção complexa, pois as vulnerabilidades se encontram territorializadas: cada lugar da cidade possui suas próprias características, que vão determinar a sua vulnerabilidade. Mas podemos partir desde já do pressuposto de que uma urbanização generalizada, ao promover uma acumulação de homens e atividades em um espaço restrito, tornou as cidades lugares bastante vulneráveis a qualquer agente externo, seja este exógeno, endógeno, natural ou tecnológico (DUBOIS-MAURY E CHALINE *apud* MENDONÇA, 2004). E como já dito, existe uma gama de riscos urbanos

derivados da ocupação irregular de muitas áreas da cidade, e no caso do Brasil, as populações menos favorecidas economicamente são muitas vezes impelidas a ocupar de forma ilegal, locais irregulares de grande fragilidade ambiental, como os mananciais de abastecimento, porções muito íngremes das vertentes, beiras de rios, áreas inundáveis, terrenos adjacentes a lixões etc. (MENDONÇA, 2004).

Chuvas cada vez menos volumosas revelam cenários calamitosos, pois o processo de fixos e fluxos é vulnerável à água que cai. E com isso, os trânsitos se complicam, moradias são destruídas, assim como os comércios, e por fim, as pessoas sofrem os mais diversos tipos de danos. Por muitas vezes, a cidade para. Todos estão sujeitos a ser afetados, no entanto, nota-se que os danos na maioria das vezes não ocorrem de forma homogênea: algumas realidades especiais são consideradas mais vulneráveis do que outras, não por conta do evento físico em si, mas devido a interação desse evento físico com os fixos e fluxos no qual aquela população está inserida (VALENCIO, 2005).

Mas o que seria vulnerabilidade? Assim como o termo desastre, vulnerabilidade também não possui uma definição consolidada. Acsehrad (2006) começa por diferenciar a noção de risco da noção de vulnerabilidade, dessa forma, para o autor, enquanto com a noção de risco procura-se estimar a probabilidade da ocorrência de um agravo em um determinado grupo, com a noção de vulnerabilidade procura-se julgar a suscetibilidade desse mesmo grupo com relação a esse agravo. Logo, uma noção relativa.

Para ele, ela comumente está relacionada a uma exposição aos riscos, designando uma maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infra-estruturas ou os três sofrerem infortúnios. No entanto, existem também os fatores subjetivos: ocorrem distintas concepções do que é tolerável ou não numa dada condição de existência.

A condição de vulnerabilidade além de ser socialmente construída, é também sempre definida a partir de um ponto de vista, sendo que “os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis” (ASCELRAD, 2006, p.3).

Para fazer uma breve contextualização, pois são distintas as noções de vulnerabilidades existentes, passarei por algumas delas. De acordo com Alves (2006), a noção de vulnerabilidade geralmente está relacionada com uma situação na qual estão envolvidos três elementos:

1. a exposição ao risco,
2. a incapacidade de reação
3. a dificuldade de adaptação diante da materialização desse risco.

Ultimamente, temos uma linha na qual o termo vulnerabilidade social possui uma forte influencia de organismos internacionais, como a ONU, o BM e o Bird, enfocando principalmente a pobreza e seus métodos de mensuração.

Neste sentido, a noção de vulnerabilidade social, ao considerar a insegurança e a exposição a riscos e perturbações provocadas por eventos ou mudanças econômicas, daria uma visão mais ampla sobre as condições de vida dos grupos sociais mais pobres e, ao mesmo tempo, consideraria a disponibilidade de recursos e estratégias das próprias famílias para enfrentarem os impactos que as afetam (Alves, 2006, p.5).

Outra linha de análise sobre vulnerabilidade tem origem nos estudos sobre desastres naturais e avaliação de risco, e aqui a *vulnerabilidade* pode ser vista como a interação entre o risco existente em um determinado lugar e suas características e grau de exposição da população (CUTTER *apud* ALVES, 2006). No Brasil, alguns autores procuraram analisar a utilização desse conceito em diferentes disciplinas, como a geografia e a demografia, principalmente no que concernem populações em situações de risco, passando “a ocupar-se de estudos sobre enchentes e deslizamentos, entre outras situações em que o ambiente, conjugado a fatores socioeconômicos, expõe as populações a riscos, sobretudo nas cidades” (MARANDOLA e HOGAN, 2005, p. 30).

Seguindo esse pensamento, temos a idéia de Pelling e Uitto (2002), para os quais a vulnerabilidade pode ser definida como o produto da exposição física a um perigo natural, e da capacidade humana de estar preparada e se recuperar dos impactos negativos dos desastres (Pelling e Uitto, 2002 *apud* Alves, 2004). Ao fim, temos principalmente que a vulnerabilidade urbana envolve uma gama de implicações sociais, econômicas, tecnológicas, culturais,

ambientais e políticas que estão relacionadas a condição de pobreza de uma representativa parcela da sociedade (MENDONÇA, 2004).

Assim, a diferença principal de abordagem entre os estudos de vulnerabilidade social e os estudos de vulnerabilidade ambiental seria que enquanto a primeira é mais direcionada para a análise de indivíduos, famílias ou grupos sociais, a segunda seria discutida em termos territoriais, como regiões e ecossistemas (ALVES, 2006).

Portanto, esta disparidade entre as duas tradições de estudos sobre *vulnerabilidade*, em termos de escala e de tipo de objeto de análise, deve ser considerada na construção da noção de *vulnerabilidade socioambiental*, a qual pretende integrar as duas dimensões – a social e a ambiental (Alves, 2006, p.7/8).

A vulnerabilidade socioambiental, segundo o autor, é definida como a coexistência ou sobreposição espacial de grupos populacionais pobres e com alta privação – vulnerabilidade social – e áreas de risco ou degradação ambiental - vulnerabilidade ambiental –. Entende que não é por acaso que as áreas de risco e degradação ambiental também são, na maioria das vezes, áreas de pobreza e privação social. E vai mais além, onde a vulnerabilidade ambiental seria um fator relevante na distribuição espacial das situações de pobreza e privação, e assim, a vulnerabilidade socioambiental, seria uma categoria adequada para uma análise da dimensão socioambiental e espacial da pobreza (ALVES, 2006).

Já Acserald (2002) analisa outra divisão para a noção de vulnerabilidade, que diferencia fatores sociais e político-institucionais. Os fatores sociais estão nas definições mais correntes, nas quais a condição apontada está posta nos sujeitos sociais, e não nos processos que os tornam vulneráveis. Neste caso, cabe ao Estado dar aos vulneráveis formas de defesas contras danos, formas de aumento no seu capital social e cultural, entre outros: sempre uma suplementação de uma carência e não uma ação sobre o processo de vulnerabilização. O sentido é fornecer ao cidadão algo que ele não possui.

Já a alternativa politizadora, segundo o autor, define os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual – neste caso coloca-se o olhar no déficit de responsabilidade do Estado, e não no déficit de capacidade de defesa

dos sujeitos. A pergunta recai sobre os mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis, e não sob sua capacidade de se defender. Aqui o objetivo é procurar problematizar e demandar que se desfaçam os mecanismos de vulnerabilização, requerendo do Estado políticas de proteção e combate aos processos decisórios que concentram os riscos sobre os menos capazes de se fazer ouvir na esfera pública (ACSERALD, 2002).

Assim, frente a todas essas diferenciações, cabe-se sempre analisar o contexto social envolvente:

Para se captar a dimensão societal da vulnerabilização, a pretensão de mensurar estoques de indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social deveria ser acompanhada de um esforço de contextualização e ser associada à caracterização dos processos de vulnerabilização relativa, para os fins de sua posterior interrupção (ASCELRAD, 2006, p.5).

4.4. A injustiça social

“Os conflitos socioambientais aqui passam a se constituir, então, em questões de injustiça ambiental, caracterizadas a partir da distribuição espacial da população” (Mendonça, 2004, p.144).

De acordo com Acselrad (2009) a prática de se alocar instalações de esgoto e lixo em áreas habitadas por populações de baixa renda e/ou pertencentes a minorias étnicas tem sido observada desde a Antiguidade. O mesmo ocorre com outros riscos ambientais, como ocupação de áreas de alta declividade, áreas sujeitas a inundações, proximidade de cursos d'água e também problemas de infra-estrutura, como falta de abastecimento de água, entre outros.

Esses fenômenos de imposição desproporcional de riscos ambientais (ou de carência) para as populações mais pobres e/ou minorias sociais, são chamados de Injustiças Ambientais. Os mecanismos de produção dessa injustiça são tanto a forma de proteção ambiental desigual, como também o fato do acesso a esses recursos ser desiguais (ACSERALD, 2009).

Para o autor, se há diferenças nos graus de exposição das populações aos mais diversos males ambientais, isso se deve a processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental. Essa constatação, também levadas aos termos de que o acesso é desigual, leva a reconhecer que o que está em jogo são as formas sociais de apropriação, uso e mau uso desses recursos e desse ambiente.

Em contraponto ao mecanismo de Injustiça Social observado, surge a idéia de Justiça Social, que remete a uma distribuição equânime de partes e a uma diferenciação qualitativa do meio ambiente, e que procura denunciar a desigualdade ambiental - uma distribuição desigual das partes de um meio ambiente com diferentes qualidades e injustamente dividido.

Ela é buscada a fim de denominar um quadro de vida futuro no qual a injustiça social venha a ser ultrapassada (ACSELRAD, 2009). Em outras palavras, justiça social pode ser considerada:

O direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades (ACSELRAD, 2009, p.16).

Segundo Acselrad (2002) a viabilização dessa atribuição desigual dos riscos encontra-se na suposta fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas ou de áreas de risco, pois esses grupos não possuem voz ativa alguma.

O Brasil, estimulado por representantes de algumas redes do Movimento de Justiça Ambiental dos EUA, definiu como injustiça ambiental o modo pelo qual sociedades distintas – tanto economicamente, como socialmente – designam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento para os mais pobres, para os grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários e para as populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, 2009).

Por justiça ambiental, no caso brasileiro, definiu-se um conjunto de princípios e práticas elencados a seguir:

- Assegurar que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operação econômica, decisões políticas, assim como a ausência ou omissão destas.
- Assegurar acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país.
- Assegurar amplo acesso às informações relevantes sobre o meio ambiente e também a respeito de processos na definição de políticas, planos e projetos que lhes dizem respeito.
- Favorecer a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares, a fim de que eles sejam protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Esse debate realizado na arena dos Movimentos Sociais, com algumas ressalvas, também é realizado no campo acadêmico, no seio das ciências humanas. Com relação a esse aspecto ainda há descompassos com relação às populações afetadas, ou seja, a noção de injustiça social não é plenamente aceita. Para Anthony Giddens fenômenos como a ecotoxicidade, por exemplo, atingiriam a todos, sem exceção.

Em contraponto, Acserald (2009), acredita ser esse um raciocínio simplista, e que não analisa como os impactos são distribuídos tanto em termos de incidência, como com relação a intensidade. Segundo o autor, é possível constatar que sobre os mais pobres e sobre grupos étnicos desprovidos de poder, recai a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, tanto no processo de extração desses recursos, como na disposição desses resíduos no meio ambiente. E mesmo que toda a população seja atingida de forma aparentemente igual, a forma que as pessoas teriam para se recompor dos danos sofridos não seria, de forma alguma, igual: os ricos normalmente têm seus danos compensados por seguradoras ou por poupanças pessoais, enquanto os pobres não possuem meios financeiros para se recompor.

A fim de comprovar essa teoria da desigualdade ambiental na área acadêmica, temos a idéia de hiperperiferia, aqui já apresentada, criada a partir do resultado de cruzamento de dados referentes a riscos ambientais e a más condições socioeconômicas, (TORRES & MARQUES, 2001). No caso das

hiperperiferias, além das características típicas do lugar, existem as condições adicionais de exclusão urbana:

Nesse sentido, o estudo das áreas de risco ambiental pode ter um sentido estratégico, pois evidência, de modo dramático em alguns casos, a sobreposição cumulativa dos riscos ambientais às diversas formas de desigualdade social e residencial (ACSELRAD, 2009, p.48).

Para Torres e Marques (2001), nota-se que são inúmeros os mecanismos que levam a tal situação, começando pelo mercado de terras que torna as áreas de risco ambiental as únicas acessíveis a grupos de baixíssima renda:

Características do mercado de terras, por exemplo, fazem com que áreas de risco (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos, etc.) sejam as únicas acessíveis a grupos de renda mais baixa, que acabam por construir nesses locais domicílios em condições precárias, além de enfrentar outros problemas sanitários e nutricionais (TORRES & MARQUES, 2001, p.70).

O risco ambiental se apresentará, então, apenas como mais um elemento componente do cenário de dificuldades, privações e demandas imediatas, numa condição de quase insignificância frente a outros elementos presentes. Isto é, torna-se contornável e passível de convivência (VARGAS, 2006).

O espaço metropolitano paulistano, em particular, apresenta uma diversidade de situações de pobreza com diferentes combinações de problemas como desemprego, condições urbanas, saúde, educação, habitação, transporte etc; neste sentido, tais contextos devem ser objeto de investigação e de políticas públicas diferenciadas. De maneira geral, a pobreza é tratada pelas políticas públicas tendo em vista as condições dos indivíduos e/ou dos domicílios; todavia, percebe-se que alguns aspectos como localização e alcance das redes associativas são fatores importantes na diferenciação dos pobres conforme as situações de maior ou menor vulnerabilidade (ALMEIDA, 2008).

5. As pessoas com deficiência num contexto de desastre: A pesquisa documental

Neste capítulo serão apresentadas as informações encontradas durante a pesquisa documental, constituída pela busca de documentos e estudos que relacionassem o acontecimento do desastre (principalmente os relacionados com as chuvas) e a deficiência física. Nesse sentido, o interesse principal foi verificar a posição de algumas instituições e estudiosos frente a questões, como: O grupo é, de fato, considerado mais vulnerável na ocorrência de um desastre? Se sim, quais as medidas que o autor discrimina como sendo relevantes para se adotar previamente, durante e no pós-desastre? Existe a diferenciação entre os diversos tipos de deficiência?

Para tal abordagem, primeiramente foi analisada a Biblioteca Comunitária da UFSCar, com o intuito de verificar a existência de artigos, livros, documentos que estivessem presentes em um local acessível e disponível para toda a população, e que se encontrar numa Universidade com inúmeros cursos que lidam com a questão da deficiência.

Em seguida, foram escolhidas plataformas online de documentos nacionais e internacionais, a saber:

- No que concerne a documentos brasileiros, foram analisados os disponibilizados no site da Defesa Civil, na plataforma de busca do DATASUS, e os existentes no site da SNPD.

- A plataforma da OPAS/OMS e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), representando os banco de dados que possuem tanto documentos nacionais como internacionais.

- A biblioteca online do CRID, como exemplo de plataforma de documentos internacionais.

A pesquisa foi realizada através da busca de palavras-chaves que envolviam a palavra “desastre” (utilizado em português ou espanhol) ou “disaster”, (utilizado em inglês), em conjunto com as palavras: “deficiência”, “pessoas com deficiência física” e “portadores de deficiência” (disabled ou persona com discapacidad, utilizado em inglês e espanhol, respectivamente).

5.1. A Biblioteca da UFSCar.

Como já explicitado, a Biblioteca Comunitária da UFSCar foi escolhida principalmente por colocar a disposição de toda a comunidade seus livros, documentos e artigos, além de se tratar de um local com um grande índice de acessibilidade dentro de uma Universidade que conta com diversos cursos e laboratórios que lidam com a deficiência. Nesse sentido, pelo menos no que concerne a infra-estrutura, a Biblioteca mostra preocupação com a temática da deficiência/acessibilidade.

A seguir, algumas fotos do local:



Foto 1: Rampa de acesso para os pisos superiores da biblioteca.



Foto 2: Catraca acessível na entrada da biblioteca.

Tendo essas observações em mente, foi realizada a pesquisa documental. Primeiramente, procurou-se no cadastro da biblioteca da UFSCar livros, teses, artigos, documentos etc. que tratassem do tema de desastres. Depois dessa seleção, verificamos se esse material encontrado emitia considerações em relação ao grupo deste estudo. Foram encontradas 11 ocorrências pertinentes relacionadas a desastres, no qual apenas o meu trabalho fazia menção ao tema da deficiência “Pessoas com deficiência visual: do estigma às limitações da vida cotidiana em circunstâncias de riscos e desastres relacionados às chuvas” (GERALDI, 2009), presente no livro: Sociologia dos Desastres, no qual procurou-se analisar sociologicamente as representações sociais das pessoas com deficiência visual em situações de desastres envolvendo as chuvas, principalmente quando estas se encontram em um abrigo temporário.

O capítulo trata basicamente de uma análise realizada com pessoas com deficiência visual na cidade de São Carlos, e das suas principais dificuldades na via pública devido à falta de acessibilidade, e em como essas dificuldades são ampliadas com as chuvas. Também foram analisados relatos de pessoas com deficiência visual que passaram por situações de desastres

relacionados com as chuvas, a fim de ampliar o conhecimento a respeito da necessidade do grupo nessas situações.

Fora esse texto encontrado, que não abordava o tema da deficiência física especificamente, a grande maioria do material era da OPAS ou da OMS, de fácil acesso na internet e todos em versão espanhola.

Ao mudar a forma de busca, utilizando “pessoa com deficiência” como palavra-chave, foram encontradas 28 ocorrências e nenhuma que se relacionava ao contexto de desastre.

A ausência encontrada é de se surpreender, pois, embora exista pouca literatura a respeito da questão da deficiência em contexto de desastres, a Universidade possui diversos cursos que lidam com a deficiência em seus mais variados aspectos, sendo de muita importância a disponibilização desses materiais, não só para os profissionais com os quais ela contribui com a formação, como para a comunidade na qual ela está inserida.

5.2 A Defesa Civil

A Defesa Civil é o órgão responsável por coordenar as ações de defesa da população em todo o território nacional. Como já explicado, seu intuito é o de reduzir desastres ao atuar com ações de prevenção, preparação para emergências, resposta a esses desastres e reconstrução do local afetado. Ela funciona nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, sendo este último ligado com a atuação do órgão municipal de Defesa Civil, o COMDEC (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil), cuja preocupação é atender de imediato a população atingida por qualquer tipo de desastre (visto que o desastre acontece no município).

Sendo a Defesa Civil o órgão que atua em situações de desastres, começamos a pesquisa pela análise dos documentos presentes em seu site principal, a fim de identificar quais documentos e idéias estão disponíveis para a sociedade brasileira e que estão orientando as ações dos agentes de Defesa Civil.

Em seu site, www.defesacivil.gov.br, são disponibilizadas uma série de publicações, aonde a SEDEC afirma estarem disponíveis informações que todo

cidadão deve conhecer a respeito de sua proteção, da proteção da sua comunidade e do seu ambiente em situações de riscos e desastres. O principal objetivo de disponibilizar essas publicações é o de divulgar a doutrina da política brasileira de Defesa Civil e as diretrizes de sua atuação governamental.

O site não conta com mecanismo de busca, apenas com um espaço reservado para o download das publicações já existentes, que totalizam 18 documentos, a saber:

1. Apostila sobre Implantação e Operacionalização de COMDEC – (CASTRO et al, 2007);
2. Aspectos Jurídicos das Atividades de Defesa Civil – (NETO, 2007);
3. Cartilha Defesa Civil – (BRASIL, s/d);
4. Conferência Geral sobre Desastres – (CALHEIROS, 2007);
5. Glossário de Defesa Civil - Estudos de Riscos e Medicina de Desastres – (CASTRO, s/d);
6. Informativo da Defesa Civil – 3 números: de 2007 a 2008;
7. Manual de Desastres – Desastres Mistos – (CASTRO, 2004a);
8. Manual de Desastres Humanos – I parte – De natureza tecnológica – (CASTRO, 2004b);
9. Manual de Desastres Humanos – II parte – De Natureza Social – (CASTRO, 2004c);
10. Manual de Desastres Humanos – III parte – De Natureza Biológica – (CASTRO, 2004d);
11. Manual de Desastres, Volume I – Desastres Naturais – (CASTRO, 1999);
12. Manual de Orientação para a formação de núcleos comunitários de Defesa Civil – (LUCENA, 2005);
13. Manual de Medicina de Desastres – Volume I – (CASTRO & CALHEIROS, 2007);
14. Manual de Planejamento em Defesa Civil – Volume I, II, III, IV e V – (CASTRO, 1999b)
15. Manual para Decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública – (BRASIL, 2007c);
16. Política Nacional de Defesa Civil – (BRASIL, 2007c);
17. Segurança Global da População - (CASTRO, 2007);

18. Simbologia dos Desastres – (CASTRO, 2004).

Como todos os documentos se referem de alguma forma ao acontecimento do desastre, a pesquisa se resumiu em procurar ao longo dos textos (através da ferramenta de busca) palavras que estivessem relacionadas de alguma forma às pessoas com deficiência física, como: deficiência, deficientes, pessoas portadoras de deficiência etc.

Após a análise constatou-se que dentre os 18 documentos citados, apenas 6 faziam algum tipo de menção a pessoa com deficiência física, sendo que o termo utilizado pela grande maioria dos Manuais e documentos foi “deficiente físico”, e em alguns foi utilizado a palavra “minusválido”, termo em espanhol que já não é mais utilizado. Dessa forma, apenas um terço de todo material fazia alguma menção ao assunto.

A fim de sabermos exatamente qual é o tratamento que a pessoa com deficiência possui foi feita a descrição detalhada de cada um dos manuais a seguir.

- Manual de Desastres Humanos – I parte – De natureza tecnológica (CASTRO, 2004b).

Neste manual, a primeira menção à pessoa com deficiência física acontece ao tratar do assunto de desastres fluviais – principalmente na eventualidade de embarcações afundarem. Nesse caso, o manual afirma que grupos considerados mais vulneráveis “como as crianças, os idosos, as mulheres, os enfermos e os deficientes físicos” (CASTRO, 2004b, p.25), ficam com suas chances de salvamento reduzidas, assim como aumentam o número de pessoas feridas em consequência do clima de irracionalismo que pode se instalar na embarcação, visto que nessas horas as pessoas esquecem o clima de altruísmo e predomina a fórmula do “salve-se quem puder”.

Depois dessa referência, o Manual, na página 86, faz a segunda menção ao grupo, ao destacar que entre as atividades de promoção, proteção e de recuperação da saúde das populações afetadas por desastres, deve-se priorizar a proteção dos estratos populacionais mais vulneráveis. No entanto, não foi feito novamente a referência de quem comporiam esses estratos populacionais mais vulneráveis, mas, presume-se que o grupo esteja inserido

visto que, no começo do documento, ele foi classificado como sendo vulnerável.

Por fim, na página 248 ao tratar dos Planos de Contingência contra desastres de natureza tecnológica, o Manual afirma que devem ser considerados como um dos níveis de prioridade, por parte da Defesa Civil, o cadastramento dos grupos populacionais vulneráveis. Novamente, não estão exemplificados quem são esses grupos, mas fica implícito (dada a primeira referência) que as pessoas com deficiência física estejam inseridas. Também não existe a definição de que quesitos são levados em consideração para determinar que estratos populacionais são considerados vulneráveis ou não.

Assim, foi feita apenas uma referência específica no começo do documento, e ainda utilizando um termo que já não está mais em uso: deficiente físico, mostrando que apesar das pessoas com deficiência física estarem sendo consideradas, o manual está atrasado com relação ao termo utilizado.

- Manual de Desastres Humanos – II parte – De Natureza Social (CASTRO, 2004c)

Neste Manual a primeira menção as pessoas com deficiência física ocorre na página 123, na qual ao elencar que estratos populacionais seriam mais vulneráveis a fome, as pessoas com deficiência física são citadas: “São mais vulneráveis a fome: as crianças, os idosos, os enfermos e os deficientes físicos e mentais” (CASTRO, 2004c, p.123).

Na página 140 essa informação é reiterada, ressaltando a importância de projetos de suplementação alimentar para os grupos considerados mais vulneráveis, entre os quais, as pessoas com deficiência física. Por fim, na página 143, ao ainda tratar do tema da alimentação, o Manual afirma que idosos e “deficientes físicos” possuem necessidades nutritivas intensificadas, em função das maiores dificuldades orgânicas relacionadas com a digestão de alimentos e a intensificação natural das atividades catabólicas de seu organismo.

Novamente, temos pouca menção as pessoas com deficiência física, mas com o diferencial de que foi especificado o porque o grupo é considerado mais vulnerável em situações de fome.

- Manual de Desastres - Volume I – Desastres Naturais (CASTRO, 1999)

Nesse Manual, logo na página 28, é afirmado que os danos de um desastre estão muito mais relacionados com a vulnerabilidade de determinados estratos populacionais do que com a magnitude dos fenômenos. Entre esses grupos, o manual aponta que: “os estratos populacionais mais vulneráveis são constituídos por idosos, enfermos, crianças e minusválidos, especialmente quando pertencentes a populações de baixa renda, ou quando desabrigados e desprovidos de agasalhos” (CASTRO, 1999, p.28). Nessa situação a palavra minusválido, em espanhol, se refere ao grupo. Portanto, aqui fica claro que a Defesa Civil considera as pessoas com deficiência mais vulneráveis, embora não especifique o **porque**.

Na continuação as pessoas com deficiência física são citadas ainda mais uma vez, numa parte relacionada a um projeto de medidas preventivas com relação a seca no Nordeste, e cujo um dos objetivos é o de

intensificação das ações de saúde, com ênfase para a promoção da saúde, a assistência médica primária e para a proteção de estratos populacionais mais vulneráveis, como os grupos materno-infantil, idosos e de deficientes físicos (CASTRO, 1999, p.65).

No entanto, não são dados exemplos de que forma serão realizadas essas ações. Também, embora seja um manual que trate de desastres naturais, em nenhum momento ocorreu a preocupação dos desastres envolvendo as chuvas e as pessoas com deficiência num geral, e também as com deficiência física.

- Manual de Planejamento em Defesa Civil – Volume I, II (CASTRO,1999b).

No primeiro volume, conceituam-se os principais problemas relativos aos desastres, as formas de atuação da Defesa Civil e aborda, por fim, as medidas preventivas. Consideram importante analisar a vulnerabilidade do local, que pode ser cultural, econômica, tecnológica, institucional e política, estando sempre relacionada com os estratos populacionais menos favorecidos e com

países menos desenvolvidos, e logo os atingidos com maior intensidade pelos desastres.

Nesse sentido, existe apenas uma menção no primeiro volume, que fala sobre a necessidade da equipe técnica estudar a vulnerabilidade do componente humano do local, analisando a distribuição dos estratos populacionais mais vulneráveis aos desastres, como idosos, crianças, enfermos, deficientes físicos, pessoas desnutridas e mulheres nos últimos meses da gestação.

O segundo volume do Manual de Planejamento em Defesa Civil aborda a respeito da resposta ao desastre, ao contrário do anterior que aborda a estratégia, com objetivos mais amplos e de longo prazo.

Aqui o desastre é dividido em três partes:

1. A fase pré-desastre, na qual se faz necessário que as situações de alerta e de alarme sejam desencadeadas com o máximo de antecipação possível, com a finalidade de reduzir o fator surpresa, reduzir os danos e minimizar as vulnerabilidades das populações em risco.
2. A fase do desastre em si (impacto).
3. E por fim, a fase de atenuação e de limitação de danos, na qual se considera o controle de sinistro, o socorro às populações em risco, a assistência à população afetada e a reabilitação do cenário do desastre.

Entre essas atividades de assistência à população afetada, o manual destaca inúmeras, sendo uma delas a proteção de grupos populacionais vulneráveis, e apesar das pessoas com deficiência ser um grupo vulnerável seria melhor especificar quais grupo eles estão considerando vulneráveis aqui, e quais atividades serão realizadas com o grupo.

No caso do desastre ser repentino, cabe a Defesa Civil o salvamento da população em perigo, e também a busca por pessoa desaparecidas. Depois da ocorrência do desastre, também cabe a ela a parte da logística ou seja, o gerenciamento dos desastres, onde se destacam os seguintes itens: o suprimento de água potável, de alimentos, roupas, material de limpeza, entre outros. Aqui eles também consideram os mais vulneráveis a fome, sendo eles: os estratos populacionais marginalizados economicamente, crianças, idosos, enfermos e deficientes físicos.

Segundo o Manual, para estes a proteção deve ser intensificada. Embora ele considere as crianças e grávidas como as mais vulneráveis, ele afirma que os idosos, desnutridos e deficientes físicos, em função de sua menor capacidade física, são também vulneráveis aos desastres e devem ser objeto de programas especiais de proteção. Aqui nota-se, novamente, que apenas são consideradas as pessoas com deficiência física. De forma geral, foram poucas novamente as menções com relação ao grupo, não apresentando nenhuma novidade com relação aos outros manuais.

- Manual para Decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública. Vol.2 (BRASIL, 2007c).

Nesse Manual, apenas uma referência é feita ao grupo, na página 68 ao citar a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), e o Art. 203, explicitando que a assistência social deverá ser prestada a quem dela necessitar, sendo o item IV o referente a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integridade a vida comunitária.

- Segurança Global da População (CASTRO, 2007).

O Manual começa abordando os itens condicionantes relacionados com os cenários dos desastres afirmando que:

o crescimento desarmonico e antiétrópico das cidades, a redução dos estoques de terrenos em áreas seguras e sua conseqüente valorização, provocaram o adensamento dos estratos populacionais mais vulneráveis em áreas de riscos intensos (CASTRO, 2007, p.9).

Não é feita a especificação nesse começo sobre quem seriam os estratos populacionais mais vulneráveis, mas ao final é feita uma referência ao grupo como mais vulnerável, no item relacionado ao serviço civil. O serviço civil, segundo o Manual, tem por objetivo utilizar o imenso potencial da juventude brasileira na dinamização de programas e projetos prioritários, relacionados com: “a proteção dos estratos populacionais mais vulneráveis, especialmente a maternidade, a infância, a velhice, a adolescência, os menores carentes e os deficientes físicos” (CASTRO, 2007, p.33).

Sendo assim, num panorama geral, temos que a Defesa Civil considera o grupo das pessoas com deficiência física como um dos estratos populacionais mais vulneráveis em momentos de desastres. No entanto, inúmeras questões podem ser levantadas a partir desse ponto. Primeiramente com relação ao porquê dessa vulnerabilidade frente a um desastre, assunto que não é abordado e especificado em nenhum manual, apenas quando foi feita a relação entre pessoa com deficiência física e a fome (CASTRO, 2004c).

Também preocupa o fato delas serem consideradas vulneráveis em conjunto com outros estratos da população, junto com idosos, crianças, etc. Isso pode demonstrar uma possível falta de discernimento com relação as diferentes características de cada grupo, pois as necessidades são distintas em cada caso. Para completar, não demonstram diferenciação ao somente se referirem as pessoas com deficiência física, visto que os outros tipos de deficiência não foram citados nenhuma vez, mostrando também a não preocupação com as diferentes formas de deficiência existentes, como a visual, a mental, a auditiva e a múltipla.

No entanto, esse último apontamento gera dúvidas, pois ao se referirem as pessoas com deficiência física nos Manuais (a qual eles se referem como sendo “deficientes físicos”), em nenhum momento é especificado quem são considerados os “deficientes físicos”. E assim, devido aos inúmeros problemas de terminologia, torna-se difícil saber se ao dizer “deficientes físicos”, eles não estão se referindo também a algum outro tipo de deficiência, como a visual, por exemplo – e essa possibilidade não pode ser descartada, visto que dada a invisibilidade do grupo, questões como a designação correta para cada tipo de deficiência, ganharam campo para o debate em tempos recentes, principalmente na década de 2000, e muitos ainda não possuem conhecimento a respeito.

Todavia, se caracteriza como uma estigmatização em qualquer das possibilidades: no primeiro caso, por não contemplar as mais diversas formas de deficiência e suas necessidades específicas em todos os momentos de um desastre, seja na preparação, no momento do evento ou no pós-desastre. E, na segunda hipótese, por não se ater cuidadosamente a terminologia, e a partir disso, gerar dúvidas no momento da interpretação, visto que não se sabe

exatamente quem está sendo considerado como vulnerável, e conseqüentemente, necessitando de maior proteção e auxílio.

E mesmo o próprio termo utilizado, “deficiente físico”, já demonstra um atraso dos manuais com relação aos avanços legais e sociais conquistados pelo grupo, caracterizando-se como uma forma de violência simbólica, na qual o termo acaba por diminuir o grupo. E muitos desses Manuais datam de 2004, época não muito distante dos dias atuais, e no qual, discussões a respeito dos termos corretos já eram realizadas no Brasil.

Além dessas questões, temos que apesar de ser previsto um tratamento prioritário para o grupo, não há detalhamento nenhum de como esse tratamento deve ocorrer, tanto no antes, no durante e no pós-desastre, como, por exemplo, especificações a respeito de como são feitas os resgates das pessoas em situação de risco, como deveriam ser as condições de um abrigo temporário para receber as pessoas com deficiência, ou mesmo dicas para a pessoa com deficiência melhor agir em momentos de emergência, tanto no sentido da sua própria proteção, como também, para poder auxiliar no momento do desastre.

Dessa forma, falta, pelo menos com relação as pessoas com deficiência, a Defesa Civil considerar a existência de grupos sociais que exigem ações específicas, não porque estes são incapazes, mas sim, porque dadas as condições precárias que as pessoas com deficiência se encontram, condições de múltiplas exclusões, e de falta de treinamento e preparo para situações de emergência, elas se encontram em desvantagem no momento do desastre.

Assim, podemos concluir que na elaboração das políticas de Defesa Civil, são ignorados estudos que vem sendo realizados sobre deficiência desde os anos 70, pensando em uma sociedade acessível e inspirados pelos movimentos sociais, e que hoje chegaram a concepções com relação a deficiência que considera o corpo lesionado, e a adoção de princípios como o cuidado e benefícios compensatórios – sem contudo, correr o risco de cair em pressupostos assistencialistas (DINIZ, 2007).

O que vemos, pelo menos a partir da observação dos Manuais, é a Defesa Civil agindo com uma paulatina aparatização/alienação em relação a temas e políticas que deveriam estar sendo considerados, tais como o de direitos humanos, da habitação, da saúde, etc. (VALENCIO, 2009b). Nesse

sentido, dado o quadro de mudanças climáticas e conseqüentemente, aumento da ocorrência de desastres, é necessária reformulação desses manuais com estratégias e planejamentos a fim de atender as populações consideradas mais vulneráveis, visto que em situações de desastre, as vulnerabilidades nas quais o grupo já está a mercê diariamente, aumentam, dado

que já se encontram hoje, com acesso limitado ao mercado de alimentos, de água potável, de atendimento médico e de habitação digna e acessível, tenderão a deletéria sinergia com aquelas que as mudanças climáticas farão emergir (VALENCIO, 2009b, p. 19).

A informação e divulgação dessa informação é essencial nesse caso, e os Manuais presentes no site do órgão responsável por amparar a população em desastres, devem ser os primeiros a agregar em seu conteúdo informações que auxiliem as pessoas com deficiência, tanto para quem irá ajudá-las, para os próprios agentes de Defesa Civil (que muitas vezes podem não possuir conhecimento algum a respeito das diferentes formas de deficiência), mas também num sentido de promover independência (ou uma interdependência), afinal, apenas colocar a pessoa numa categoria fixa de vulnerável e não vislumbrar a possibilidade de que ela possa, de alguma forma, auxiliar em algum momento, não incorpora avanços conseguidos por movimentos sociais ao longo de décadas, apenas naturalizam as diferenças e hierarquias, como afirmou Santos (2003): “Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior” (SANTOS, 2003, p.13).

5.3. A SNPD

A SNPD – Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – vinculada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, conta com o apoio das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU e da Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

Ela possui um sistema de informações denominado SICORDE (www.portal.mj.gov.br/corde/sicorde.asp), o qual assume o papel de catalizador

e disseminador de informações a respeito de políticas e ações na área da deficiência, para uso de organizações governamentais e não-governamentais, universidades, pesquisadores, das próprias pessoas com deficiência e etc. Esse sistema funciona via internet, e além de disponibilizar informações a respeito da legislação, de eventos e ajudas técnicas, o site disponibiliza publicações.

Assim, mediante a análise dos textos e dos resumos de alguns documentos disponibilizados no site na parte de publicações, apenas “A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência”, ratificada pelo Brasil em 2008, e já citada anteriormente, possui um artigo que demonstra a preocupação por parte das Nações Unidas em “Situações de risco e emergências humanitárias”:

Em conformidade com suas obrigações decorrentes do direito internacional, inclusive do direito humanitário internacional e do direito internacional relativo aos direitos humanos, os Estados Partes deverão tomar todas as medidas necessárias para assegurar a proteção e a segurança das pessoas com deficiência que se encontrarem em situações de risco, inclusive situações de conflito armado, emergências humanitárias e ocorrência de desastres naturais (BRASIL, 2007a, p.22).

Assim, temos que por parte do governo brasileiro (visto que a SNPD é responsável por todas as ações direcionadas à pessoa com deficiência), ainda existe pouca preocupação em relacionar as pessoas com deficiência a situações de emergências e desastres, em seu site. Pelo menos nos documentos e textos disponíveis, não existem análises a respeito da maior vulnerabilidade ou não do grupo, ou protocolos que deveriam ser seguidos em situações de desastres, tanto pelas pessoas com deficiência, como pelas pessoas que as irão auxiliar. Isso se deve em grande parte, porque as ações relacionadas aos desastres estão bastante centradas na figura da Defesa Civil, e também, por existir pouco material a respeito do grupo (tanto de origem brasileira, como traduzido para o português), em qualquer área do conhecimento, principalmente nas ciências humanas. No entanto, esse panorama, aos poucos, vem passando por mudanças, principalmente depois do Brasil ter ratificado a Convenção e se responsabilizado por colocar em prática os artigos ali presentes.

5.4. As plataformas online

A seguir serão apresentados os resultados e conclusões referentes as buscas nas plataformas online:

5.4.1 Datasus

O SUS (Sistema Único de Saúde) possui um departamento de informática, o DATASUS, onde ocorre a informatização das suas atividades a partir da utilização de diretrizes tecnológicas. Este é um órgão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que possui como uma de suas competências: desenvolver, pesquisar e incorporar tecnologias de informática que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde, além de manter o acesso das bases de dados necessárias ao sistema de informações em saúde e aos sistemas internos de gestão institucional.

No site www.datasus.gov.br é disponibilizado uma ferramenta de busca através de palavras-chaves. Nesse caso foi utilizado a combinação: pessoas com deficiência + desastres, resultando em 125 ocorrências, sendo que apenas 1 se referia a pessoa com deficiência física em uma situação de desastres, mas não era unicamente sobre esse tema. Mesmo porque o enfoque do site não é exatamente o desastre em si, mas como as implicações de um desastre podem causar diversos danos a saúde, pressupõe-se que haja uma preocupação com relação ao fato, devendo haver a necessidade de investimento nos sistemas de urgência, emergência e atendimento pré-hospitalar, além das medidas preventivas contra acidentes.

Nesse sentido, o único documentos encontrado na plataforma de busca foi “A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência”, cujo artigo 11 (já citado anteriormente) demonstra a preocupação por parte das Nações Unidas “Situações de risco e emergências humanitárias”, na qual as pessoas com deficiência devem ser amparadas pelo Estado. No entanto, esse documento não trata apenas de desastres, e assim, temos que muito pouco foi encontrado no site com relação ao assunto. No Datasus, em específico, a presença de informações seriam essenciais.

Assim, temos que a contribuição dada pelos documentos presentes tanto no site da Defesa Civil, como no DATASUS e na SNPD foi irrisória a fim de aumentar o conhecimento a respeito de pessoas com deficiência em situações de desastres, sem qualquer resquício de informações sobre a vulnerabilidade, sobre condutas que devem ser tomadas nessas situações para as diferentes formas de deficiência, formas de se preparar em casos de emergência, etc. Veremos a seguir como esse panorama se modifica com relação a plataformas internacionais, mostrando a visão de outros países a respeito do tema.

5.4.2. OPAS

A busca também foi realizada no site da OPAS – Organização Pan Americana da Saúde (<https://new.paho.org/bra>), um organismo internacional de saúde pública que faz parte da ONU. A sua função é cooperar, através do conhecimento de técnicos e cientistas com os governos, a fim de melhorar políticas e serviços públicos de saúde. Os técnicos e cientistas são de vários países do mundo e promovem a transferência de tecnologia e de difusão do conhecimento que já foi acumulado. Assim, a OPAS estimula o trabalho em conjunto entre países, a fim de alcançar metas comuns, como promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e elevar a expectativa de vida da população das Américas.

Entre as suas publicações, o site disponibiliza uma ferramenta de busca, que está dividida em OPAS/BRASIL, ou seja, somente publicações brasileiras e na OPAS/OMS, que apresenta mais fontes de documentos, além das brasileiras. Como órgãos específicos para a busca de conhecimento, como a BVS será analisado mais a frente, não foi realizada a pesquisa na opção “ Em toda OPAS”. Foi observado que a plataforma de busca do site é confusa, e não auxilia quando a busca é por palavras-chaves relacionadas. Foram encontrados documentos somente quando tentou-se as seguintes palavras-chaves: pessoas com deficiência + desastres.

Na OPAS/BRASIL foram encontradas 12 ocorrências da intersecção entre as duas palavras-chaves, no entanto nenhuma que abordasse de alguma

forma a interação entre pessoas com deficiência num contexto de desastre. Na OPAS/OMS foram encontradas 96 ocorrências, sendo que somente 2 abordavam de alguma forma a intersecção entre os temas. A saber:

1. “Aspectos psicossociais em situações de desastre” (PRIETO, 2007);
2. “A incapacidade: prevenção e reabilitação no contexto do direito de gozar o mais alto padrão possível de saúde física e mental e outros direitos relacionados” (OPAS/OMS, 2006);

O primeiro documento, “Aspectos psicossociais em situações de desastre” (PRIETO, 2007), é uma apresentação de um curso ministrado em Brasília (“Curso Internacional de Líderes – Saúde, Desastre e Desenvolvimento”) que está disponibilizada na internet. Neste, as pessoas com deficiência são citadas apenas 2 vezes: a primeira, onde elas são consideradas como parte das populações mais vulneráveis, e na segunda, no qual é ressaltado a importância de identificar esses grupos e as condições de sua vulnerabilidade num momento anterior ao desastre, e assim, pensar em estratégias para a população. No entanto, o curso não entra em maiores detalhes, pelo menos em sua forma documental, não foca nenhuma deficiência em específico e nem discute o fator vulnerabilidade.

No segundo documento encontrado, “A incapacidade: prevenção e reabilitação no contexto do direito de gozar o mais alto padrão possível de saúde física e mental e outros direitos relacionados”, um documento da própria OPAS/OMS de 2006, ocorre apenas uma menção ao grupo das pessoas com deficiência, ao afirmar que, nos últimos 5 anos, a OPAS se encarregou de desenvolver atividades conjuntas com a área de assuntos jurídicos, a fim de promover os direitos humanos das pessoas com deficiência, inclusive com o Programa de Emergências e Desastres, no tocante à formulação de normas para a atenção à pessoa com deficiência em desastres e emergências. Mas fora isso, nenhum outro documento foi encontrado

Dessa forma, pouco foi encontrado, e pouco foi acrescido de conhecimento a respeito da questão em língua portuguesa. A OPAS possui algumas publicações envolvendo situações de desastres, mas nenhuma se refere as pessoas com deficiência nessas situações. Mostrando, novamente,

que documentos ou estudos brasileiros ou traduzidos para o português envolvendo essa questão são praticamente inexistentes.

5.4.3. BVS

A Biblioteca Mundial de Saúde – BVS – (www.regional.bvsalud.org) é uma plataforma que coloca disponível alguns artigos gratuitos para acesso. Conta com artigos tanto científicos, como técnicos, oriundos de diversas bases nacionais e internacionais, entre eles: LILACS, IBECs, MEDLINE, SCIELO (fontes que abordam Ciências da saúde em geral), PAHO (Pan American Health Organization), WHOLIS (World Health Organization's Library Database), etc. O site possui uma ferramenta de busca e tem a facilidade da tradução automática, ou seja, embora tenha sido utilizado as palavras-chaves: desastres + pessoas com deficiência, ele traduz para outras línguas automaticamente, realizando a busca também em documentos de outras línguas.

Como resultado, tivemos 56 documentos que abordavam as duas palavras-chaves em conjunto, nenhum em português. O site possui restrições de acesso, por isso não foi possível verificar todos os textos encontrados, e dos que foram possíveis, apenas 5 envolviam de alguma forma deficiência e desastres:

1. Disabled Persons and Earthquake Hazards (TIERNEY et. al, 1988);
2. Los Impedidos frente a los desastres (MÉXICO, 1984);
3. Disasters, Disability and Rehabilitation (WHO, 2005);
4. Los Discapacitados y El sistema nacional de protección civil (SÁNCHEZ, 1999);
5. Some possible implications for natural disasters of recent Israeli experience with the elderly and disabled (ELDAR, 1991).

Vejamos brevemente o conteúdo de cada um deles, a seguir:

- Disabled Persons and Earthquake Hazards (TIERNEY et. al, 1988)

O documento, escrito por pesquisadores da University of Colorado, foi um dos primeiros estudo a focar como os terremotos afetam uma grande e

crescente parcela da população americana com deficiência. Desde o início é deixado claro que existe pouca pesquisa nessa área, e que faz-se necessário mais pesquisas focando a relação entre desastres e as pessoas com deficiência.

Segundo os autores, o objetivo desse trabalho foi desenvolver um quadro conceitual especificando as necessidades das pessoas com deficiência durante um desastre e também prover dados que irão auxiliar na criação de políticas públicas que relacionam desastres de origem natural e deficiência, focando casos de terremotos.

O artigo reconhece que a população em risco não é homogênea, mas sim, composta por diferentes sub-grupos, com diferentes graus de vulnerabilidade, e que tanto os pesquisadores como os responsáveis por lidar com situações de desastres (nas áreas de políticas e planejamento), têm ignorado as pessoas com deficiência.

Entre as recomendações e constatações dos autores, temos:

- Pessoas com deficiência são capazes de cooperar adequadamente durante e depois de terremotos. Por isso, deve-se garantir que eles estão recebendo um nível apropriado de suporte e de abertura para participação, tanto durante a reconstrução do ambiente afetado, como durante a preparação para emergências;

- As agências que lidam com emergências estão ficando a par das necessidades das pessoas com deficiência, no entanto, programas efetivos que alcançam e assistem essa população no caso de desastres, incluindo terremotos, não foram ainda instituídos;

- Locais específicos que cuidam das pessoas com deficiência possuem um plano adequado para emergências, como as causadas pelo fogo, mas não dão considerações suficientes para desastres violentos e de nível comunitário, como os terremotos.

Também sugerem medidas preventivas, como: 1. Desenvolver programas educacionais para pessoas com deficiência, assim como planos de emergência; 2 . Repassar a informação desses programas para o público geral; 3. Desenvolver uma legislação que aumente a segurança das pessoas com deficiência nos ambientes construídos e 4. Prover assistência financeira para

peças com deficiência, a fim de aumentar a sua habilidade em cooperar em situações de desastres.

- Los Impedidos frente a los desastres (Mexico,1984)

Texto extraído do “Boletín de la Organización Internacional de Protección Civil”, no qual é demonstrada a preocupação com a situação das pessoas com deficiência em situações de desastres, visto que segundo os autores, elas dependem muito da ajuda de outros e também de meio técnicos. Essa dependência varia, podendo ser total ou parcial, mas como grupo minoritário, as pessoas com deficiência são sim, consideradas mais vulneráveis.

Logo, o objetivo do texto foi o de apresentar diretrizes que consistem em reduzir a frequência das lesões, adotando medidas para proteger as pessoas com deficiência em casos de desastres e também, capacitando e instruindo o grupo para também poder prestar a assistência necessária.

É ressaltado também que as diretrizes expostas levam em conta as distintas especificidades de cada tipo de deficiência, e que é muito importante as autoridades responsáveis em caso de desastres, conhecer as necessidades das pessoas com deficiência, levantando questões como: “Foi buscado informações sobre as necessidades de cada tipo de deficiência e o modo de atendê-las? Ao elaborar os planos de emergência, foi levado em conta a opinião das pessoas com deficiência? Quem são as pessoas com deficiência que fazem parte dessa comunidades? Como eles podem ajudar em uma emergência?”

Sugerem uma série de diretrizes para cada tipo de deficiência em situações de emergência. No caso das pessoas com deficiência física (ao qual o texto se refere como “inválidos”), são sugeridas as seguintes ações:

- No caso de tetraplégicos e paraplégicos, deverá estar disponível uma cama com rodas ou uma cadeira de rodas, para que a pessoa com deficiência seja movimentada rapidamente. Se não possuir, pode-se construir uma cadeira de rodas instalando pequenas rodas em uma cadeira de cozinha.

- No caso de pessoas que tenham dificuldade para se mover por causa de deformações, perda de membros, etc., devem existir meios adequados para o transporte em cada caso. Por exemplo, uma pessoa que tenha amputado

uma perna, deve ter disponível para seu uso muletas no momento da evacuação.

- Nesse sentido, a pessoa que irá auxiliar as pessoas com deficiência em casos como esse, devem consultá-las e averiguar quais são as necessidades particulares em cada caso e como estas podem ser satisfeitas.

Por fim, ainda são passadas uma série de recomendações, como:

- A inclusão, por parte do governo, da questão da deficiência em manuais de prevenção de desastres e em seus planos de socorro;

- O ministério responsável pela saúde pública deve instruir seus funcionários a fim de que difundam o assunto nas comunidades;

- A necessidade de incluir programas nas escolas que abordem a relação entre desastres e a vulnerabilidade de diversos grupos, como as pessoas com deficiência.

- Disasters, Disability and Rehabilitation (WHO, 2005)

Este documento consiste num material de divulgação da OMS (WHO) – Organização Mundial da Saúde –, de 2005, que interrelaciona desastres, deficiência e reabilitação, pois, o primeiro, além de afetar desproporcionalmente pessoas com deficiências, também cria uma nova geração de pessoas com deficiência, que irão necessitar de serviços de reabilitação.

O texto elenca as possíveis consequências de um desastre para as pessoas com deficiência, para as pessoas que acabaram de adquirir a deficiência, assim como, (ele não faz realiza a distinção entre as deficiências) quais são as providências que devem ser tomadas no pós-desastre, que são separadas em providências imediatas, e a longo prazo (a fase de reconstrução).

Entre as medidas a serem tomadas a curto prazo, é sugerido:

- Identificar pessoas com deficiência em acampamentos e abrigos temporários;

- Verificar as necessidades específicas de saúde das pessoas com deficiência, e providenciar o necessário para contemplá-las;

- Identificar pessoas com ferimentos e providenciar cuidados apropriados a fim de salvar vidas e minimizar futuras deficiências.

Entre as medidas para a fase de reconstrução, são consideradas importantes segundo o documento:

- Conduzir o mapeamento de recursos e outras necessidades básicas da comunidade, incluindo serviço de saúde e de reabilitação médica;

- Atender as necessidades sociais da pessoa com deficiência assegurando a sua integração com suas famílias e comunidade, e propiciando oportunidades para eles ganharem o seu sustento;

- Desenvolvimento de serviços de reabilitação que permitam que as pessoas com deficiência alcancem ferramentas para mudarem suas vidas, possibilitando, assim, um nível maior de independência.

- Los Discapacitados y El sistema nacional de protección civil (SÁNCHEZ, 1999)

O texto de Martha Solís Sánchez mostra a preocupação do Programa de Proteção Civil do México e a necessidade de criar informações específicas para as pessoas com deficiência:

Uma das prioridades do Programa de Proteção 1995-2000, é dar resposta às ações destinada a reduzir a vulnerabilidade dos sistemas afetáveis, e nesse sentido se trabalha para alcançar condições de segurança em caso de desastres para as pessoas com deficiência, e sobretudo, fomentar a sua participação nos trabalhos que possuem como meta protegê-los de uma eventualidade de origem natural ou provocada pelo homem (SÁNCHEZ, 1999, p.266)¹⁷.

A autora também oferece uma série de recomendações, sendo que primeiro, ressalta a importância de considerar as características do ambiente físico, mas sempre procurando promover acessibilidade em todos os espaços, de uma maneira em que a circulação seja fácil para todas as pessoas, inclusive

¹⁷ Tradução livre. No original: Uma das prioridades del Programa de Protección 1995-2000, es dar respuesta a las acciones destinadas para reducir la vulnerabilidad de los sistemas afectables, em este sentido se trabaja por alcanzar condiciones de seguridad em caso de desastres para personas com discapacidad, y sobre todo fomentar su participación em los trabajos que tienen como meta protegerlos de una eventualidad de origem natural o provocada por el hombre (SÁNCHEZ, 1999, p.266).

as com deficiência. Para estes, não devem existir obstáculos que atrapalhem o deslocamento, tanto em situações normais, como em uma evacuação. Também fornece uma série de recomendações, nesse caso, recomendações do “antes”, “durante” e “após” o desastre, tanto para as pessoas com deficiência, como para as pessoas que irão auxiliá-las.

Nas recomendações para as pessoas com deficiência mexicanas, temos, segundo a autora:

Tabela 4: Medidas para o antes, o durante e o pós-desastre

Antes	Durante	Pós-Desastre
Conhecer o programa de Proteção Civil	Em caso de não haver saídas, colocar-se em posição fetal	A pessoa com deficiência deve comunicar que não sofreu danos
Reconhecer zonas de alto risco	Buscar zonas de menor risco	Solicitar informações sobre como deverá proceder.
Reconhecer zonas de menor risco	Se identificar aos membros responsáveis pela proteção civil e informar seu tipo de deficiência	
Realizar constantemente simulações de evacuações	Explicar para quem o está ajudando, como deve ser o manejo	
Designar uma pessoa para te ajudar em casos de emergência		
Conhecer a sinalização das rotas de evacuação e as saídas de emergência		

Fonte: Dados baseados em SÁNCHEZ,1999.

As recomendações para quem ajudará a pessoa com deficiência são dadas apenas para o “durante” do evento, e abrangem vários tipos de deficiência. Temos principalmente:

- Perguntar como deverá ajudar.
- Em casos de deficiência visual, deixar que ela use seu bastão a fim de perceber os obstáculos.
- Oferecer seu braço, não tomar o braço dela.
- Em caso de pessoas com deficiência auditiva, colocar-se diante dela e falar de forma clara, para que eles possam ler o seu lábio.

- Some possible implications for natural disasters of recent Israeli experience with the elderly and disabled (ELDAR, 1991).

O texto de Reuben Eldar foi preparado para ser apresentado na UCLA International Conference on the Impact of Natural Disasters. Segundo o autor, as populações que estão em risco durante uma situação de desastre consistem em grupos de diferentes níveis de vulnerabilidade, e dentro disso, idosos e pessoas com deficiência são considerados os mais vulneráveis a sofrer danos ou mortes durante o desastre: eles podem ter dificuldades em andar, ouvir, usar os braços, descer escadas, se comunicar, enxergar, e se orientar por si mesmos.

A partir disso, o autor discorrerá a respeito do período da “Operação Tempestade no Deserto” em Israel, e assim, em meio aos mísseis provenientes dessa operação, vai retratando casos de pessoas com deficiência e idosos que tiveram dificuldades durante o evento. Essas dificuldades, segundo o autor, podem ser consideradas na preparação dos planos para situações de desastres, visto que, até muito pouco tempo, a questão da segurança e da vulnerabilidade era de responsabilidade da família ou das instituições especializadas, e agora passou a ser responsabilidade das próprias pessoas, da comunidade na qual ela está inserida e de várias organizações, incluindo aquelas responsáveis por desastres.

E assim, baseado nas experiências colhidas na “Operação Tempestade no Deserto”, o autor sugere várias recomendações, entre elas:

- Notificar pessoas com deficiência visual ou auditiva que uma emergência está sendo esperada;
- Treinamentos para pessoas com deficiência em ações de auto-proteção;
- Transporte de emergência para pessoas com deficiência; etc.

Assim, percebe-se que quando a pesquisa começa a abranger plataformas de busca internacionais, a proporção de material encontrado, embora pouca, ainda é maior e mais abrangente do que a pesquisa feita em instituições brasileira. Tirando o fato, que existem mais documentos na plataforma da BVS que correspondem ao que está sendo procurado, mas que não são de acesso gratuito, ou seja, mais documentos poderiam ter sido incorporados a essa listagem.

Podemos concluir dessa forma, que a preocupação de alguns países da América Latina e EUA, com relação a vulnerabilidade da pessoa com deficiência em situações de desastre é maior que a brasileira, e logo, a pesquisa nessa área mais avançada. Notou-se, também, que muitos documentos já haviam incorporado conceitos da Sociologia da Deficiência, apresentados em capítulos anteriores, como foi o caso do texto “Disabled Persons and Earthquake Hazards” (TIERNEY et. al, 1988), o qual possui um capítulo inteiro explicando o modelo social da deficiência.

Nos EUA a inclusão desses conceitos é bastante esperada, visto que foi o local onde começaram os primeiros estudos da segunda geração do modelo social da deficiência, graças a grande força dos movimentos sociais formados por pessoas com deficiência, e onde o grupo possui um amplo aparato legal a seu favor (DINIZ, 2007).

Mas a grande maioria dos documentos afirmavam que faz-se necessário mais estudos abordando o tema, tanto com relação ao grupo, como também a fim de conhecer melhor suas necessidades no momento do desastre. Mas, quando comparamos o material encontrado com o material encontrado em sites brasileiros, e principalmente nos Manuais da Defesa Civil, nota-se um nível maior de preocupação, inclusive em recomendar medidas que abarquem todos os diferentes momentos de um desastre.

Essas medidas, embora muitas vezes não se encaixem no cenário brasileiro, como as relacionadas com terremotos, podem suscitar idéias a fim de auxiliar na prevenção do grupo, ou mesmo serem adaptadas aos eventos brasileiros, no caso, relacionados as chuvas, como enchentes, deslizamentos etc.

5.4.4. CRID

O CRID, o Centro Regional de Informações sobre Desastres (www.crid.or.cr), é uma iniciativa patrocinada por 6 organizações que decidiram juntar esforços para assegurar a compilação e disseminação de informação disponível sobre o tema de desastres na América Latina. Entre essas

organizações temos a OPS/OMS; ONU/EIRD¹⁸; CNE (Comisión Nacional de Prevención de Riesgos y Atención de Emergencias de Costa Rica); FICR (Federación Internacional de Sociedades Nacionales de la Cruz Roja y Media Luna Roja); CEPREDENAC (Centro de Coordinación para la Prevención de los Desastres Naturales em América Central); MSE (Oficina Regional de Emergencias de Médicos Sin Fronteras).

Constituiu-se como uma plataforma de coordenação e colaboração para a área de informação sobre desastres, oferecendo serviços de informação de qualidade disponíveis para qualquer usuário da região. Ou seja, a primeira vista um dos locais mais indicados para a busca de informações a respeito de desastres.

No site, através da ferramenta de busca, foram obtidos resultados através das palavras-chaves em espanhol: discapacidad + desastres, tendo como resultado 9 documentos, constituindo-se em 4 os que tratavam especificamente do assunto envolvendo pessoas com deficiência e situações de desastres. Nenhum estava em português.

1. Acciones básicas de rehabilitación para la atención de personas con discapacidad em situaciones de desastres (HERNANDEZ,s/d);
2. World Disaster Report – Focus on Discrimination (IFRC, 2007);
3. Educación en emergencias: cómo incluir a todos (INEE,2009);
4. Pas iil munaia bukkaba - COPECO (HONDURAS, 1990).

A seguir, as informações mediante a análise desses documentos:

- Acciones básicas de rehabilitación para la atención de personas com discapacidad em situaciones de desastres (HERNANDEZ, s/d);

¹⁸ O sistema da EIRD “Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres”, nas Américas, trabalha conjuntamente com seus sócios nacionais, regionais e internacionais no desempenho das funções de apoio à coordenação e assistência necessárias para promover a implementação do Marco de Ação de Hyogo para 2005 a 2015. Esse marco é o instrumento mais importante para a implementação da redução de risco de desastres, que foi adotado por países membros nas Nações Unidas.

O Manual foi elaborado pela República da Nicarágua em parceria com a OPAS/OMS. Foca quais efeitos os desastres podem causar na saúde da população, e quais ações administrativas e de prevenção podem ser tomadas para as pessoas que ficaram com deficiências após o desastre, e para as que já são, não adquirirem mais ou piorar suas condições. Entre as sugestões, temos:

-Organizar ações de atenção às pessoas com deficiência nos territórios afetados;

- Sistematizar essa atenção para as pessoas com deficiência;

- Desenvolvimento de ações para prevenir deficiência em âmbito local.

Em seguida são sugeridas ações básicas para cada deficiência. Com relação a deficiência física, foi sugerido:

- Com a utilização de um bastão ou uma muleta, a pessoa é capaz de utilizar as escadas sem ajuda especial, pois com a mão livre elas podem se sustentar na escada, desde que ninguém interfira em seu movimento.

- Quando ajudar cadeirantes, não pressione as extremidades e o peito, isso pode provocar espasmos de dor e dificultar a respiração.

- Verifique se a pessoa que utiliza prótese a colocou de forma adequada.

Por fim, o Manual discorre a respeito da acessibilidade das pessoas com deficiência em abrigos temporários, e da necessidade de proporcionar acessibilidade para todos os tipos de deficiência, tanto nos banheiros, nos corredores, nos locais de recreação, cozinha, na entrada e saída do local, entre outros, a fim de facilitar a estadia de todos os afetados, sem distinção. Esse foi um dos únicos documentos encontrados ao longo da pesquisa que abordava a questão da acessibilidade para os desabrigados com deficiência.

- World Disaster Report – Focus on Discrimination (IFRC,2007)

É um documento da Cruz Vermelha, que aborda as consequências dos desastres para diversos grupos vulneráveis, como mulheres, idosos, e também, pessoas com deficiência. Aponta como a discriminação e exclusão torna o evento do desastre mais difícil para as pessoas sobreviverem ou satisfazerem suas necessidades básicas durante ou depois do evento.

Um capítulo desse documento é destinado somente para as pessoas com deficiência, que se tornam mais vulneráveis durante os desastres, já que a marginalização sofrida durante o dia-a-dia pode ser aumentada em situações de emergência. Cita assim, vários exemplos que podem acontecer, como pessoas que são cegas ou surdas não ficarem sabendo dos planos de evacuação caso as formas de aviso não contemplem a sua deficiência, pessoas com dificuldade de aprendizagem podem ficar de fora “na luta por comida”, sendo sempre jogadas para o final da fila etc.

De acordo com o documento, o mais completo encontrado durante a pesquisa, deficiência e pobreza estão relacionadas em um círculo vicioso: ao redor do mundo, pessoas com deficiência são pobres devido as barreiras, discriminação e exclusão de oportunidades para escapar da pobreza. Em contra-partida, pobres possuem acesso limitado a serviços de saúde, abrigo, comida, educação e emprego, e são mais propensos a trabalhar em condições perigosas: o que aumenta o risco de doenças, lesões e deficiências, fechando, dessa forma o círculo vicioso. Numa situação de desastre, a pessoa com deficiência é duplamente vulnerável: primeiro pela pobreza, e em seguida, porque graças a ela tem sua deficiência tornada evidente, pois não conta com acessos a mecanismos e meios de atenuar a sua lesão, e que auxiliem na sua independência.

A Cruz Vermelha também procura definir o que seria deficiência, recorrendo, inclusive, a respeito do modelo social de deficiência, que foca a discriminação e a exclusão mais do que a lesão em si. Esses conceitos ajudam a vislumbrar a deficiência como um conceito multidimensional, desfocando do ponto de vista médico.

Dessa forma, segundo o documento, as pessoas com deficiência encontram muitos problemas com a ocorrência dos desastres que não estão relacionados somente com a sua lesão, mas com a inadequabilidade dos sistemas de redução de riscos e de resposta aos desastres de irem de encontro com as suas necessidades particulares.

Afirmam que a principal questão a ser colocada, é que apesar das leis existentes em prol do grupo, a deficiência é raramente considerada em programas de desastres e emergência. Esse fato foi ressaltado por diversos

documentos encontrados, mas foi o único que realizou tentativas de responder o porque dessa ausência.

Uma das possíveis respostas, seria porque as agências e organizações responsáveis pelo campo dos desastres considerarem a deficiência um assunto muito específico, que requer habilidades técnicas e conhecimento, principalmente do campo médico. Prática que apenas compactua em perpetuar a exclusão, visto que muitas das necessidades das pessoas com deficiência são exatamente as mesmas que de outras pessoas em situações de emergência, mas a forma como elas são providenciadas que realmente importa. Como por exemplo, a necessidade de informação sobre a ocorrência de um evento: todos devem ser informados, mas dependendo da deficiência que a pessoa possui, a informação deve ser passada de maneiras diferentes.

Também não se deve apenas tratá-las como se elas apenas tivessem necessidade de atenção especial: obviamente, elas possuem necessidades particulares, mas tirar seu poder e negar sua participação no planejamento e implementação, impede que elas desempenhem qualquer papel na amenização do desastre, na redução de riscos ou na reconstrução do lugar. Impede que elas exerçam seus direitos como cidadãos.

Outra hipótese que a Cruz Vermelha levanta para a desconsideração das pessoas com deficiência em situações de desastres, é o fator monetário: construir prédios acessíveis custam dinheiro. A acessibilidade custa dinheiro, tanto para “corrigir” estruturas existentes e torná-las acessíveis, como para construir novas. Enfim, são várias as hipóteses levantadas a respeito do porque o pouco interesse nessa área, e por isso, a Cruz Vermelha assegura que ainda é preciso muito estudo para conhecer melhor como o impacto dos desastres afetam as pessoas com deficiência.

Por fim, são sugeridas algumas recomendações, principalmente no sentido de tornar as pessoas com deficiência ativamente engajadas nos níveis de planejamento de desastres e emergências, na redução do risco dos desastres, e nos projetos de reconstrução. Assim como, ressaltam a necessidade das medidas de proteção no pós-desastre serem inclusivas, e acessíveis as pessoas com deficiência.

- Educación en Emergencias: cómo incluir a todos (UNICEF, 2009)

Este é um guia de bolso da INEE (La Red Interagencial para La Educación em Situaciones de Emergencia), uma rede mundial que colabora a fim de garantir os direitos de toda pessoa a uma educação de qualidade e segura em situações de emergência. O guia foi elaborado para garantir que todas as pessoas, em especial as mais vulneráveis e excluídas, tenham acesso a educação, mesmo em situações de emergência.

Embora ele enfoque mais a parte educacional, ao discorrer a respeito de quem deverá integrar a equipe, quais lugares e espaços adequados, como auxiliar os professores a colocar em prática os princípios inclusivos, quais serão os obstáculos para a participação e aprendizagem, etc., a criança com deficiência é considerada nessas situações, sempre ressaltando o quanto ela deve ser incluída.

No entanto, o enfoque maior é dado no pós-desastre, e as recomendações fornecidas não acrescentam nada a esse trabalho. Mas não torna o documento menos importante, principalmente devido ao seu objetivo de garantir que mesmo quando a comunidade for afetada, as crianças não devem ter seu processo educacional interrompido.

- Pas iil munaia bukkaba - COPECO (HONDURAS, 1990).

Esse documento é um modelo de Plano de Prevenção para ser seguidos pelas mais diversas comunidades de Honduras, elaborada pela Comisión Permanente de Contingencias (COPECO) e que está sustentado legalmente pela “Lei de Contingencias Nacionales”.

Nesse plano, são fornecidas dicas importantes de como proceder em situações de emergências e desastres, e há a constante menção a pessoa com deficiência, principalmente ao ressaltar a necessidade dos órgãos de Defesa conhecerem de antemão quem são as pessoas com deficiência naquela comunidade, quais são os tipos de deficiência etc., e de obter conhecimentos e informações a respeito das pessoas com deficiência e suas necessidades específicas.

Assim, como o documento da Cruz Vermelha (IFRC, 2007), também ressalta a importância da participação das pessoas com deficiência na elaboração de projetos para minimizar os danos que podem resultar dos

desastres, fatos que permitirão contemplar suas necessidades e dos demais grupos vulneráveis.

Para concluir, podemos considerar que o material encontrado na plataforma do CRID segue a mesma linha dos encontradas na BVS, embora poucos documentos tratem da questão, já mostram um avanço com relação a literatura e os Manuais brasileiros. No entanto, a grande maioria do material encontrado ressalta a importância de serem realizadas mais pesquisas a fim de conhecer melhor a vulnerabilidade do grupo, visto o pouco material existente.

Também percebe-se que não foram encontrados documentos que abordassem desastres envolvendo as chuvas, e menos ainda, as suas implicações para as pessoas com deficiência física. De forma geral, eles se referiram a diversos tipos de desastres, sem especificar. Também são poucos os que exploram e conceituam a noção de vulnerabilidade, e o porque das pessoas com deficiência serem consideradas vulneráveis.

Um ponto importante a ser ressaltado, foi que a maioria abordou os tipos de deficiência em separado, visto que a deficiência é composta por vários subgrupos de diferentes níveis de vulnerabilidade, o que já demonstra um avanço, principalmente quando comparamos com os Manuais de Defesa Civil.

Por fim, uma das idéias mais promissoras, e que devem ser incorporadas em Manuais e práticas da Defesa Civil, é a idéia de não somente incluir a pessoa com deficiência em seus planos, mas também, integrá-la em seus processos de planejamento, de resposta ao desastre e de reconstrução, pois sua participação, mediante o conhecimento que o grupo possui a respeito de si próprio, é essencial.

Assim, para finalizar, será feito um resumo das principais idéias encontradas ao longo da pesquisa:

5.3. As pessoas com deficiência em situações de desastres: Uma visão internacional

Do material encontrado, podemos concluir que pouco se produziu em termos científicos e técnicos a respeito da relação da deficiência em um

desastre, corroborando com a idéia de que as pessoas com deficiência são invisíveis na literatura relacionada a desastres, assim como elas também são invisíveis na literatura em geral.

Conseqüentemente, poucos também são os dados existentes com relação às suas necessidades e capacidades durante um desastre (TIERNEY et al., 1988). Nesse sentido, cabe deixar claro que não se conhece perfeitamente até que ponto as pessoas com deficiência dependem dos demais e da ajuda de meios técnicos durante a ocorrência desses eventos: isso varia de pessoa para pessoa (MÉXICO, 1984).

O que se pode afirmar até então, de acordo com o encontrado, é que a maioria dos autores e organizações estão de acordo que a deficiência está relacionada com variáveis sócio-demográficas, como idade, raça, nível sócio-econômico etc. (Tierney et al., 1988; IFRC, 2007). Nesse sentido, conforme já ressaltado, deficiência e pobreza estão conectadas num círculo vicioso: ao redor do mundo as pessoas com deficiência são desproporcionalmente pobres devido as barreiras das discriminações e exclusão de oportunidades para escapar da pobreza (IFRC, 2007). Dessa forma, em locais nos quais os recursos são mais limitados, como favelas e periferias, os impactos de um desastre no grupo são ainda mais difíceis de ser minimizados (OMS, 2005).

Também é de consenso geral que as pessoas com deficiência são consideradas umas das mais vulneráveis na ocorrência de um desastre (afirmação também encontrada nas publicações da Defesa Civil), e possuem necessidades específicas durante uma situação de emergência (ELDAR, 1991). De acordo com a IFRC (2007), além de serem duplamente vulneráveis (por conta da deficiência e da pobreza), são excluídos ou ignorados de todos os níveis de preparação e intervenção de um desastre.

Esse conceito de grupos vulneráveis está do lado oposto do desenvolvimento esperado, o qual implica em uma distribuição adequada da população, na promoção do desenvolvimento econômico e social, na saúde e na educação. Nesse sentido, os grupos vulneráveis se identificam por se encontrar frente a uma forte marginalização social e econômica, pela falta de saúde, educação, assim como a falta de oportunidades (CAMPOS, s/d).

Outro ponto bastante discutido nos documentos encontrados é o fato de que além dos desastres afetarem desproporcionalmente pessoas que já

possuem uma deficiência, eles também criam uma nova geração de pessoas com deficiência (OMS, 2005), que irão necessitar de reabilitação no futuro.

O principal tópico, no entanto, presente na grande maioria dos documentos foi a preocupação com as pessoas com deficiência nos diferentes momentos de um desastre (antes, depois e durante o evento), principalmente com relação ao momento do resgate e da evacuação, visto que eles podem ter dificuldades em andar, usar os braços, utilizar as escadas, ouvir e se comunicar, enxergar, e se orientar por si mesmos (ELDAR, 1991).

A OMS (2005) salientou alguns desses problemas, como a perda de muitos aparelhos assistivos durante o evento (muletas, óculos, etc.), a possibilidade de maiores dificuldades do que as pessoas sem deficiência ao acesso às necessidades básicas no pós-evento, incluindo comida, água, abrigo, banheiro e serviço médico, além do risco da infra-estrutura de reabilitação ser destruída e as pessoas responsáveis pela sua reabilitação diária, por outro lado, poderem ser mortas ou feridas durante o evento.

Cabe ressaltar que os problemas encontrados não necessariamente são causados somente pela lesão, mas também devido uma inequidade desse sistema de redução de risco e de resposta as suas necessidades particulares. Com relação a essas necessidades específicas, estas podem variar de acordo com o momento da interação: se ocorre antes, durante ou depois de um desastre. Em todo caso, muitas das necessidades das pessoas com deficiência são exatamente as mesmas do que o do resto da população: água, comida, abrigo, etc. No entanto, o que importa é a forma como essas necessidades são providenciadas, que no geral acabam sendo esquecidas pelos planejadores, que possuem pouco ou nenhum plano para redução de sua vulnerabilidade (IFRC, 2007).

Por fim, observa-se que na grande maioria do material encontrado durante a pesquisa foi ressaltado a importância da divulgação de informações, tanto para a pessoa com deficiência, como para a comunidade na qual ela está inserida, seus familiares e para os responsáveis pela sua defesa (OMS, 2005; MÉXICO, 1984; ELDAR, 1991), principalmente, com relação ao que fazer em uma situação de risco ou da ocorrência de um desastre, a fim de que o grupo se torne cada vez mais resiliente frente a esses eventos. (SANCHEZ, s/d; IFRC, 2007)

6. Conclusões e Recomendações

No Brasil as chuvas aparecem como catalisadores de diversos eventos, pois em contato com o meio sociocultural – com cidades construídas de formas desordenadas – resultam-nos mais diversos tipos de danos e prejuízos, em decorrência de enchentes, enxurradas e deslizamentos de encostas, constituindo-se assim, numa ameaça. Esses eventos, que podem chegar a desastres, são cada vez mais constantes no país, e não mostram indícios de que se amenizarão, muito pelo contrário, resultam em cada vez mais danos para a população, inclusive, perdas de vidas.

Nesse sentido, a população, e principalmente os órgãos responsáveis pela sua segurança, devem estar preparados para a ação, procurando abranger as mais diversas especificidades, o que significa, não se esquecer de voltar o olhar para as diferentes vulnerabilidades dos afetados.

Entre os grupos que podem ser considerados mais vulneráveis estão as pessoas com deficiência, normalmente pobres e moradores de áreas precárias, sem qualquer infra-estrutura suficiente para enfrentar os obstáculos arquitetônicos, quiçá situações de desastres. Nesse sentido, a sociologia pode se tornar importante, pois o planejamento e execução de planos em uma emergência ou desastre requerem conhecimento especializado sobre questões de inclusão, discriminação e deficiência (UNICEF, 2009).

Nesse sentido, propusemos com esse trabalho uma busca por documentos nas plataformas e sites mais importantes relacionados aos eventos de desastres, a fim de aumentar o conhecimento a respeito da sua interação com a deficiência, e, conseqüentemente, analisar sociologicamente de que forma ela é entendida pelos órgãos responsáveis pela segurança da população em desastres.

Como resultado dessa pesquisa, pode-se observar que há no Brasil pouquíssima literatura e documentos que abordem a condição da deficiência em situações de desastres, inclusive da deficiência física. Também não foi encontrado nenhum estudo analisando sua vulnerabilidade, ou mesmo protocolos e recomendações que podem ser utilizados em momentos de emergência. A pouca informação e consideração que foi atribuída as pessoas

com deficiência física pelos Manuais de Defesa Civil, também geram diversas dúvidas, e não demonstram que a insituição está preocupada com a questão (pelo menos no que concerne aos seus Manuais), ou com a vulnerabilidade do grupo.

Os estudos e Manuais encontrados através da pesquisa documental que abordavam o tema também não foram muitos, e foram encontrados principalmente nas plataformas do CRID e da BVS. Todos estavam escritos em inglês ou espanhol, e não possuíam tradução para o português, mostrando que a preocupação com o tema por outros países é maior.

Uma das possíveis causas da ausência de material talvez seja a invisibilidade do grupo na sociedade, devido principalmente, a presença de seu estigma (GOFFMAN, 1988):

Um dos maiores fatores de exclusão da pessoa com deficiência das ajudas humanitárias é pautado em dados: como eles não são “vistos”, assumem que eles não estão “lá”, e, por fim, não são incluídos. Entretanto, as organizações de pessoas com deficiência de todo o mundo têm mostrado que adultos e crianças com deficiência são frequentemente escondidos, estigmatizados pela família e comunidades. E muitas vezes não são incluídos em censos nacionais e mecanismos de registro (IFRC, 2007, p.10)¹⁹.

Portanto elas são produzidas como não existentes, pois “há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível” (SANTOS, 2003, p.12). Nesse caso, teríamos o que o autor chama de terceira lógica de produção da não-existência, aonde a não-existência é produzida através de uma inferioridade insuperável, visto que esta é natural. Incidindo, inclusive, sobre o que deve ser estudado, quais assuntos possuem importância e quais não possuem.

¹⁹ Tradução livre. No original: One of the biggest factors in the exclusion of persons with disabilities from many humanitarian responses is a paucity of data: as they are not “seen”, they are assumed not to be there and are not included. However, evidence from disabled people’s organizations around the world has shown that adults and children with disabilities are often hidden from view, stigmatized by families and communities. They may not be included in national censuses or other registration mechanisms. (CRUZ VERMELHA, 2007, p.10).

E nesse caso, essa invisibilidade faz que o grupo tenha a sua vulnerabilidade aumentada. Dessa forma, além da vulnerabilidade sócio-ambiental (ALVES, 2006) – onde temos um quadro bastante claro de injustiça ambiental –, e da ausência de recursos, de acessibilidade, de condições dignas de sobrevivência e de suporte assistivo, tem-se o agravante de que o grupo e suas especificidades não estão sendo considerados em situações de desastres. Podemos concluir, que a ausência de protocolos com relação ao pré, ao durante e ao pós-desastre, indicam que a Defesa Civil não incorporou a diversidade que as pessoas com deficiência física necessitam.

No entanto, cabe nesse sentido, baseando-se em iniciativas de outros países, utilizar as boas idéias e exemplos que servem e se adequam ao nosso contexto e aos desastres mais recorrentes, como também, pensar em novas possibilidades de estratégias a fim de integrar o grupo e garantir a sua segurança, que lhe é de direito, e foi conseguida graças aos movimentos sociais das pessoas com deficiência.

Obviamente, a situação apresentada pelos documentos nas plataformas, internacionais retratam a realidade dos seus países, com características específicas. Como é o caso do documento de Tierney et al. (1988), que aborda o tema da deficiência em terremotos, evento comum nos Estados Unidos. No Brasil, como já apresentado, a chuva é o evento que mais revela problemas: ocorrem inundações e deslizamentos de morros, prejudicando bairros, casas, etc, e resultando em milhares de vítimas.

Assim, temos como um dos principais pontos frisados pela maioria dos documentos encontrados, a necessidade do desenvolvimento e da difusão de informações, atitude que já vem ocorrendo em diversos países, principalmente devido ao grande aumento no número de desastres (IFRC, 2007).

Essa iniciativa partiu principalmente das próprias pessoas com deficiência, que utilizam a internet para divulgar informações a respeito de desastres, e recomendações para as mais diversas situações de emergência. No Brasil, ainda não é tão frequente, mas em outros países são inúmeros sites, blogs etc. que demonstram essa preocupação. A própria agência responsável pela defesa em caso de desastres nos Estados Unidos, a FEMA (Federal Emergency Management Agency), por exemplo, possui em seu site

informações específicas relacionadas às pessoas com deficiência em casos de ocorrências de desastres.

Nesse sentido, estudos envolvendo a relação das pessoas com deficiência em desastres podem auxiliar no sentido de criar/aprimorar políticas públicas tanto na área de desastres, como na área de deficiência. E esse, é um dos papéis de sociologia:

contribuições de caráter crítico para arejar idéias em subsídio ao fortalecimento dos movimentos sociais, ao aperfeiçoamento de políticas públicas, à deflagração de novos patamares de compromisso do Estado com a transformação social e, por fim, para atuar analiticamente ensejando crescentes processos de reflexividade (cf. GIDDENS, 1997), seja das instituições públicas, seja das próprias ciências sociais, cujo sentido é de, entre outros, colocarem-se em permanente construção de interpretações do mundo contemporâneo, no qual estas ciências estão indelevelmente situadas” (Valencio, 2009a, p.5).

Por fim, como recomendações gerais:

- Sistemas de infra-estrutura devem ser construídos e melhorados de acordo com o princípio do desenho universal, ou seja, possibilitando o acesso de todos os cidadãos.
- A Defesa Civil deveria incluir em seus Manuais de prevenção de desastres medidas que contemplem a vulnerabilidade das pessoas com deficiência.
- Essas informações, também devem ser publicadas em meios de comunicação social, como folhetos e cartilhas de distribuição gratuita, visto que a população deve ser informada para também saber como proceder durante o evento de desastres.
- Realização de simulações de evacuação incluindo as pessoas com deficiência, e divulgando métodos/técnicas de auto-proteção.
- Cabe a Defesa Civil conhecer quem são as pessoas com deficiência de determinada região e conhecer também, as especificidades de cada deficiência e como deve-se proceder diante delas.
- O planejamento sempre deve levar em consideração a existência das mais diferentes formas de deficiência, dos diferentes graus de lesão, assim como das diferentes características sócio-econômicas.

- Propiciar que as pessoas com deficiência participem dos processos de planejamento para as diferentes etapas de um desastre.
- Utilizar transportes acessíveis para a retirada da população no momento da emergência.

Recomendações imediatas para depois da concretização do evento:

- Identificar rapidamente as pessoas com deficiência em abrigos temporários.
- Garantir o acesso a medicamentos específicos para o grupo, assim como materiais assistivos (como muletas, cadeiras de rodas etc.).
- Criar uma equipe multidisciplinar a fim de preparar programas de reabilitação e cuidados para o grupo, considerando os recursos disponíveis.

Recomendações para a fase de Reconstrução:

- Identificar pessoas com deficiência e garantir suas necessidades básicas em imediato e a longo prazo.
- Desenvolver uma infra-estrutura adequada para providenciar serviços de reabilitação médica.
- Garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso igualitário aos serviços básicos.
- Garantir a sua integração na comunidade e facilitar oportunidades na obtenção de emprego.

7. Referências Bibliográficas

ACSERALD, H; Mello, C.C.A.; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSERALD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 5, Editora UFPR, jan/jun.2002. p.49-60.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006.

ALMEIDA, R. Situações Periféricas: Etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos**, CEBRAP. n. 82. 2008.

ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 23, n. 1, jan./jun. 2006. p. 43-59.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAHIA, S. R. et al. **Município e Acessibilidade**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 1998.

BECK, U. "A reinvenção da política". In: Giddens, A.; Beck, U. e Lasch, Scott (Org). **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BIANCHETTI, L. Um olhar sobre a diferença as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado e suas decorrências. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.8. n.1. Marília. 2002. p.1-126.

BOURDIEU, P. "**A Dominação Masculina**", trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. "Efeitos de Lugar". In: Bourdieu, Pierre (coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: CORDE, 2007a.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Política Pública de Prevenção e Resposta aos Desastres: as ações da SEDEC de 2003 a 2006.** Relatório de Atividades. Brasília: SEDEC, 2007b.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Manual para a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.** Brasília: SEDEC, 2007c.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil.** Brasília, SEDEC, 2007d.82p

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Cartilha.** Brasília: SEDEC, s/d.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Edição Revisada. Brasília: SEDH/PR, 2010.

CAMPOS, J.A.P. **Planeación del territorio y los grupos vulnerables en la prevención de los desastres.** In: Rodríguez Vangort, Frances; Garza Salinas, Mario. Nación ante los desastres, retos y oportunidades hacia el siglo XXI. México, D. F, RMEIPD, oct. 1999. p.217-225.

CASTRO, A.L.C. et al. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Apostila de Implantação e Operacionalização de COMDEC.** 4 ed. Brasília: SEDEC, 2007.

CASTRO, A.L.C.. **Manual de Desastres – Desastres Mistos.** Brasília: SEDEC, 2004a, 91p.

_____. **Manual de Desastres Humanos de Natureza Tecnológica.** Brasília: SEDEC, 2004b. 452p.

_____. **Manual de Desastres Humanos de Natureza Social.** Brasília: SEDEC, 2004c. 342p.

_____. **Manual de Desastres Humanos de Natureza Biológica.** Brasília: SEDEC, 2004d. 91p.

_____. **Manual de Desastres – Desastres Naturais.** Brasília: SEDEC, 1999a. 182p.

_____. **Manual de Planejamento em Defesa Civil.** 4 volumes. Brasília: SEDEC, 1999b.

_____. **Segurança Global da População.** Brasília: SEDEC, 2007. 65p.

_____. **Simbologia dos Desastres.** 1ª edição. Brasília: SEDEC, 2004.

_____ **Glossário de Defesa Civil – Estudos de Riscos e Medicina de desastres.** Brasília: SEDEC, s/d.

CASTRO, A.L.C.; CALHEIROS, L.B. **Manual de Medicina de Desastres.** Brasília: SEDEC, 2007.

CALHEIROS, L.B. **Conferência Geral sobre desastres.** Brasília: SEDEC, 2007. 23p.

CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima. **Fortalecendo Municípios.** Ano 1. n.2. novembro de 2009a.

CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima. Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas – Cogepp. **Acessibilidade nos municípios:** como aplicar o decreto 5.296/04. 2 ed. São Paulo, 2009b.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2009.

CIMINO, J. Após reforma, calçadas de SP têm problemas de pavimentação e acessibilidade. **Folha de São Paulo.** 09/07/2010.

COHEN, R. **Estratégias para a Promoção dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência,** 1998. Disponível em: <[http:// www.mre.gov.br/ipri](http://www.mre.gov.br/ipri)> Acesso em: 04 jan. 2007.

CONDORCET, Bernard (2006). **Acessibilidade.** Acesso em: 14 jan. 2006. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/~bernard/VI_encontro/4_ACESSI.TXT

CRUZ, M. M. N. **Geografia - Livro 3.** São José dos Campos: Poliedro, 2007.

DAKUZAKU, R. Y. D. ; AKASHI, L. T. . Pessoas com deficiência: direitos e deveres. In: Norma Felicidade (org.). (Org.). **Caminhos da Cidadania:** um percurso universitário em prol dos direitos humanos. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos - EdUFSCar, 2001, v. , p. 29-50.

DALLASTA, V. C. A situação das pessoas portadoras de deficiência física. Cotejo entre os instrumentos teóricos existentes e as limitações impostas por uma infra-estrutura urbana inadequada e excludente. **Jus Navigandi,** Teresina, ano 10, n. 1108, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8632>>.

DEFICIENTE CIENTE. **Especialista diz que IBGE ignora o número real de deficientes no Brasil.** Julho de 2010.

Disponível em:<<http://www.deficienteciente.com.br/2010/06/especialista-diz-que-ibge-ignora-numero.html>>.

DEFICIENTE CIENTE. **CENSO do IBGE 2010 x Pessoas com Deficiência.** Maio de 2010.

Disponível em: <<http://www.deficienteciente.com.br/2010/05/censo-do-ibge-2010-x-pessoas-com.html>>.

Department for International Development: **Disability, Poverty and Development**. *DFID* issues, Londres, 2000. Disponível em: <www.dfid.gov.uk/pubs/files/disability.pdf>.

DEWSBURY, G at al. The anti-social model of disability. **Disability & Society**. v.19, n. 2, 2004.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 96p.

ELDAR, R. **Some possible implications for natural disasters of recent Israeli experience with the elderly and disabled**. Los Angeles, California; University of California at Los Angeles (UCLA); 1991. 13 p.

FONTES, M. Mídia, mulheres deficientes e cultura: Uma análise dos processos de afirmação cultural do corpo feminino ideal e de rejeição ao corpo deficiente. NP13 – Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias, **XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Salvador/BA, 04 e 05. Setembro. 2002.

Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

GERALDI, D. Pessoas com deficiência visual: do estigma às limitações da vida cotidiana em circunstâncias de riscos e de desastres relacionados às chuvas. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (Orgs). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p.107-118.

GIDDENS, A **“As conseqüências da modernidade”**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In: Giddens, A.; Beck, U. e Lasch, Scott. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

GOFFMAN, E. **“Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”**. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GRESSLER, S. C. Habitação e design. Um estudo comparativo entre residências em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil e Columbia, Missouri, E.U.A. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. São Paulo, 2007.

GUIMARÃES, M. P. A eliminação de barreiras possibilita aos portadores de deficiência agirem na sociedade. **CVI- BH. 17/01/2002**.

Disponível em: <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=2248>>

GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: Conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In Herculano, Selene (Org.), **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Editora da UFF, 2000. p. 281-303.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios, das regiões, dos lugares. In: **Territórios alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002. p. 129-42.

Hernández, H. C. **Acciones básicas de rehabilitación para la atención de personas con discapacidad en situaciones de desastres**. Organización Panamericana de la Salud; Nicaragua. Ministerio de Salud. Programa de Rehabilitación, s/d, 54p.

HIDALGO, L. N. Mudanças Climáticas, extremos atmosféricos e padrões de risco a desastres hidrometeorológicos. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA, E. J (Orgs). **População e Mudança Climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: NEPO/UNFPA, 2009.

HIGUSHI, M. I. G. A socialidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.33, abril de 2003, p.49-70.

HONDURAS. **Pas iil munaia bukkaba**. Comisión Permanente de Contingências (COPECO). 2008. 17p.

IBGE. **Censo Demográfico de deficientes no Brasil - 2000**. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/lbge1.htm>>. Acesso em: 23 set. 2007.

IBGE. **IBGE lança Mapa de Pobreza e Desigualdade**. 2008. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16/04/2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES (IFRC). **World Disasters Report 2007**: Focus on discrimination. Ginebra; IFRC, 2007, 244 p.

LUCENA, R. **Manual de orientação para a formação de núcleos comunitários de Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 2005.

MAIOR, I.M.M.L. (Apresentação). **A Convenção sobre Direito das Pessoas com Deficiência comentada**. Coordenação de Ana Paula de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, p.20-23

MARANDOLA JR., E. ; HOGAN, D. J. . **Vulnerabilidades e riscos**: entre Geografia e Demografia. Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 22, n. 1, 2005, p. 29-53,.

MARTINS, B. S. Políticas Sociais na Deficiência, a manutenção da exclusão. **VIII Congresso Luso- Afri-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Metrópoles Brasileiras**. Texto elaborado por ocasião da palestra dada no evento Próximo Ato 2006, no Instituto Goethe, por solicitação do Itaú Cultural, 2006.

MARCELINO, E.V. Banco de dados de desastres naturais: análise de dados globais e regionais. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v.6, n.9; 2006, p.130-149.

MARQUES, C. A. Implicações políticas da institucionalização da deficiência. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. XIX, n. 62, 1998, p.105-122.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. Terceira edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATEDDI, M. A.; BUTZKE, I.C. A Relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Revista Ambiente & Sociedade** - Ano IV - No 9 - 2o Semestre de 2001.

MENDONÇA, F. A.; LEITÃO, A. F. Riscos e Vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir de recursos hídricos. **GeoTextos**, vol. 4, n. 1 e 2, 2008. p. 145-163.

MENDONÇA, F. Riscos, Vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, jul./dez. Editora UFPR, 2004.

MÉXICO. **Los impedidos frente a los desastres**. Boletín de la Organización Internacional de Protección Civil. 1984, p.4-10.

NASREEN, M. Disaster Research: Exploring sociological approach to disaster in Bangladesh. **Bangladesh e-journal of sociology**. v.1, n.2, 2004.

NETO, M.C. **Aspectos jurídicos das atividades da Defesa Civil**. BRASÍLIA: SEDEC/MI 2007. 68p.

OPAS/OMS. **A incapacidade: prevenção e reabilitação no contexto do direito de gozar o mais alto padrão possível de saúde física e mental e outros direitos**. 47º Conselho de Direitos. EUA, 2006.

PEREIRA, A. B. **Viagem ao interior da sombra**: Deficiência, Doença Crônica e Invisibilidade numa sociedade capacitista. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra, 2008.

PRIETO, C.G. **Aspectos psicossociais em situações de desastre**. Curso Internacional de Líderes "Saúde, Desastres e Desenvolvimento". Brasília, SEDEC, 2007. 74p.

QUARANTELLI, E. L. **Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina**. 2006. Disponível em: [understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/ - 39k](http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/) - Acesso em: 10 de abril de 2009.

_____. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In:_____ (Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998.p.1-7.

SAETA, B.R.P. O conceito social e a deficiência. IN: **Psicologia: Teoria e Prática**, v.1, n.1, 1999. p 51-55.

SÁNCHEZ, M.S. Los discapacitados e el sistema nacional de protección civil. In: Rodríguez Vangort, Frances; Garza Salinas, Mario. Memoria del seminario : La nación ante los desastres, retos y oportunidades hacia el siglo XXI. México, D.F, México. Dirección General de Protección Civil; México. Red Mexicana de Estudios Interdisciplinarios para la Protección de Desastres, oct. 1999. p.259-269.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2003.

_____. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, 1995.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP. 1987.

SASSAKI, R. K. "**Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social**"., 2004. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm>. Acesso em: 05 mai. 2005.

SASSAKI, R.K. Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003. p. 12-16.

SCHIVARTCHE, F. Paraolímpicos competem nas ruas de SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de out. 2004. Folha Cotidiano, C1.

SHAKESPEARE, T; WATSON, N. The body line controversy: a new direction for Disability Studies? **Hull Disability Studies Seminar**. EUA, 1996.

SILVA, N. L. P; DESSEN, M. A. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Vol. 17 n. 2, Mai-Ago 2001,p.133-141. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7873.pdf>>.

SILVA, R.M. **Proposição de programa para a implementação de acessibilidade ao meio físico** (dissertação de mestrado UFSC). Florianópolis, 2004.

TAVARES FILHO, J. P., MAZZONI, A. A. RODRIGUEZ, A .M. e ALVES, J. B. M. (2002) "Aspectos ergonômicos da interação com caixas automáticos bancários de usuários com necessidades especiais características de idosos". In: **Congresso Ibero-latinoamericano de Informática Educativa Especial**, 3. Anais em CD, Fortaleza - Brasil, 2002.

TEIXEIRA, S. **O mito da limitação**. 02/07/2007. Disponível em: <www.bengalalegal.com>.

TIEERNEY et al. **Disabled persons and earthquake hazards**. University of Colorado, 1988. 155p.

TORRES, H.G.; MARQUES, E. C. **Reflexões sobre a Hiperperiferia: Novas e Velhas Faces da Pobreza no Entorno Municipal**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais. n. 4. 2001.

UNICEF. **Oficina Regional para América Latina y el Caribe**. Guía de bolsillo de la Red Inter-agencial para la educación en emergencias-INEE para una educación inclusiva. Ciudad de Panamá; UNICEF. Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2010, 40 p.

VALENCIO, N.F.L.S.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; CRISTOFANI, G. "Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais". **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis, PPGSocPol/ UFSC, V.4, n.07, 2005.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

VALENCIO, N. Da Morte da Quimera à procura de Pégaso: A importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini; Juliano Costa Gonçalves. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. 1 ed. São Carlos/SP: RiMa, 2009a, v. 1, p. 3 -18.

_____. O Sistema Nacional de defesa Civil (SINDEC) diante das Mudanças Climáticas: Desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini; Juliano Costa Gonçalves. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. 1 ed. São Carlos/SP: RiMa, 2009b, v. 1, p. 19-33.

VALENCIO, N. & VALENCIO, A. O guardador do portal de hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. In: Norma Valencio. (Org.). **Sociologia dos Desastres no**

Brasil: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Volume II. São Carlos: RiMa Editora, 2010 (no prelo).

VALENCIO, N.F.L.S.et al. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008. 20p.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência - A experiência de Juiz de Fora/MG. **30º Encontro Anual da ANPOCS**, outubro de 2006 GT02: Conflitos Sociais e Meio Ambiente, Sessão 3 - Riscos, representações e práticas, 2006.

VITAL. F.M.P. (no Preambulo). **A Convenção sobre Direito das Pessoas com Deficiência comentada**. Coordenação de Ana Paula de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

WHO. Department of injuries and violence prevention. **Disasters, Disability and Rehabilitation**. Switzerland, 2005.